



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Curso de Psicologia

**Começa antes do toque e se mantém pela culpa:
impactos psíquicos da violência sexual**

Ana Carolina Brito Menezes

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília

Ma. Lívia Campos e Silva

Junho de 2023



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

**Começa antes do toque e se mantém pela culpa:
impactos psíquicos da violência sexual**

Ana Carolina Brito Menezes

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
– UniCEUB como requisito para a conclusão
do curso de Psicologia.

Professora-orientadora: Livia Campos e Silva

Brasília

Junho de 2023

Folha de Avaliação

Autora: Ana Carolina Brito Menezes

Título: Começa antes do toque e se mantém pela culpa: impactos psíquicos da violência sexual

Banca Examinadora

Ma. Livia Campos e Silva - Orientadora

Joyce Juliana Dias de Avelar - Parecerista

Juliano Moreira Lagoas - Avaliador

Brasília

Junho de 2023

Agradecimentos

Aos meus pais, Silvia e Celso e aos meus irmãos, Mariana e Vitor. Agradeço por sempre terem acreditado em mim, antes mesmo que eu acreditasse. Obrigada por celebrarem cada uma das minhas conquistas. E, principalmente, obrigada por todo amor e companheirismo.

À minha melhor amiga e irmã, Giovanna Ponte, obrigada por dividir sonhos e ser um porto seguro nesses mais de vinte anos juntas. Também agradeço aos meus colegas de faculdade pela amizade e pela partilha de experiências únicas.

À toda a minha família, avós, avôs, tias, tios, primas e primos, obrigada a cada um que me incentivou nesse percurso. Agradeço principalmente à minha avó Joaquina Milhomem Brito, a quem dedico esta monografia.

À minha orientadora Livia Campos pelo apoio durante a elaboração deste trabalho. À todo o corpo docente do CEUB por todos os aprendizados que extrapolam a minha formação como profissional. Agradeço especialmente aos professores Juliano Lagoas e Guilherme Henderson por terem transmitido o fascínio pela psicanálise e despertado o encanto pela área.

Ao professor Daniel Magalhães Goulart por ter apostado em mim como pesquisadora.

Às participantes deste trabalho, Joanna, Cecília, Bêa, Tereza, Eduarda e às outras 84 mulheres que também responderam o formulário. Agradeço a vocês por terem me confiado uma parte de suas histórias. Cada linha aqui escrita foi inspirada pela potência de seus relatos.



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Curso de Psicologia

*"ouça suas cicatrizes
só elas sabem o segredo
da sua cura."
(Ryane Leão)*

"meu recado às mulheres

*contem
suas histórias*

*descubram o poder
de milhões de vozes
que foram caladas
por séculos."*

(Ryane Leão - Tudo nela brilha e queima)

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Interseccionalidade, psicanálise e violência sexual.....	6
Sexualização feminina e interseccionalidade	6
A cultura do estupro	11
Considerações psicanalíticas sobre o trauma	15
Capítulo 2: Método.....	20
Procedimentos de coleta do material	21
Procedimentos de análise do material	23
Capítulo 3: Resultados e discussão	24
"Eu fui violada, estupro é uma violação"	26
"É uma coisa que ainda meio que me persegue"	33
"Tem segredos que a gente tem, que a gente não conta nem para a gente mesmo"	41
O segredo tenta ser contado.....	42
O conteúdo do segredo	44
Considerações finais.....	54
Referências.....	56
Apêndices.....	63

Apêndice A	63
Apêndice B	66
Anexos.....	68
Anexo A	68
Anexo B	69

Lista de tabelas

Tabela 1. Caracterização das Participantes.....	24
---	----

Resumo

A sociedade brasileira é entrelaçada pela cultura do estupro, a qual envolve violências simbólicas, psicológicas, físicas e emocionais. Diante desse contexto, a presente pesquisa buscou compreender os impactos psíquicos do estupro, a partir de uma visão interseccional e psicanalítica. Para tal, a metodologia utilizada foi a análise do discurso. O estudo foi composto por duas etapas: um formulário acerca da sexualização da mulher, o qual contou com 89 respostas de mulheres com idade igual ou superior a 18 anos; e entrevistas semi-estruturadas com cinco participantes que sofreram estupro. A discussão centrou-se em três eixos temáticos, que se constituíram levando em consideração aspectos da sexualização do corpo feminino, processos de sofrimento e possíveis formas de elaboração. Concluiu-se que há uma naturalização do estupro pela objetificação da mulher, que se correlaciona a aspectos de gênero, raça e classe. Ainda, foi possível perceber como se dá a experiência do trauma e da compulsão à repetição na vivência das participantes. Por fim, identificou-se que o afastamento foi um recurso subjetivo utilizado para lidar com a violência, o que, de modo geral, indicou um caminho para a situação do desamparo.

Palavras-chave: estupro; psicanálise; interseccionalidade; violência sexual; trauma.

Abstract

Brazilian society is intertwined with a culture of rape, which involves symbolic, psychological, physical, and emotional violence. Given this context, the present research sought to understand the psychological impacts of rape from an intersectional and psychoanalytic perspective. To do so, the methodology used was discourse analysis. The study consisted of two stages: a form on the sexualization of women, which gathered 89 responses from women aged 18 and above; and semi-structured interviews with five participants who suffered rape. The discussion focused on three thematic axes, which were developed taking into account aspects of the sexualization of the female body, processes of suffering, and possible forms of elaboration. It was concluded that there is a naturalization of rape due to the objectification of women, which is correlated with aspects of gender, race, and class. Furthermore, it was possible to realize how the experience of trauma and the compulsion to repetition manifest in the participants' lives. Finally, it was identified that detachment was a subjective resource used to cope with the violence, which, overall, indicated a path towards a situation of helplessness.

Keywords: rape; psychoanalysis; intersectionality; sexual violence; trauma.

Começa antes do toque e se mantém pela culpa: impactos psíquicos da violência sexual

O estupro no Brasil é uma prática que se estrutura no interior de uma cultura machista, racista e classista, que ainda valida certos tipos de violência. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), divulgada em 2020, em 2019 - ano em que foram realizadas as entrevistas - o número de vítimas de violência sexual nos 12 meses anteriores a essas entrevistas foi de 1,2 milhão da população, ou seja, 0,8%. Ainda, aprofundando os dados, a maior parte das vítimas eram pretas, sendo seguidas por pardas, ou seja, a maior parte era negra, além de 72,7% das vítimas serem mulheres. Para esses dados, a agressão sexual foi considerada como: toque, manipulação, beijo ou exposição corporal contra a própria vontade; e sofrer ameaça ou ser forçada a relações ou outros atos sexuais contra a sua vontade.

Ainda nessa pesquisa, para as pessoas que responderam não ter sofrido violência sexual nos 12 meses anteriores, foi questionado se já haviam sofrido em algum outro momento da vida. Juntando esses dados com os anteriores, cerca de 8,9% das mulheres sofreram violência sexual em algum momento da vida. Outro ponto importante a ser ressaltado é que, de acordo com o estudo, enquanto pessoas que sofreram violência psicológica, podem ter consequências psicológicas (como medo, tristeza, ansiedade, depressão, entre outros), e pessoas que sofreram violência física podem ter consequências psicológicas e físicas (hematomas, cortes, fraturas ou outras formas de lesões/ferimentos). Por sua vez, vítimas de violências sexuais podem ter consequências psicológicas, físicas e sexuais (infecções sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada).

Sousa (2017) procura compreender como um ato tão recriminado publicamente permanece, de certa forma, uma prática comum, considerando a cultura do estupro como uma de suas explicações. Segundo a autora, o campo simbólico e material de uma cultura machista e misógina contribui para a continuidade dessas práticas de violência, principalmente contra

as mulheres. No artigo, é ressaltado que a discussão não diz respeito a colocar um padrão determinista na socialização de homens como potenciais estupradores, mas reconhecer que, dentro dessa cultura, homens podem forçar uma relação sexual e ver isso como um direito seu, ou até serem validados por essa cultura.

Um exemplo é o estupro marital - quando o ato é praticado por um cônjuge ou companheiro -, o qual é previsto como delito pela Lei 11/340, Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, demonstrando como a possibilidade de estupro dentro das relações ainda é um fenômeno comum e recente. Esse fato permite pensar como a presença da legislação não significa necessariamente uma mudança estrutural.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), em 2021 foram registrados 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável, o que corresponde a, em média, uma mulher estuprada a cada oito minutos. Além disso, 88,2% das vítimas eram mulheres e 52,2% pessoas pretas. É importante salientar que, apesar de já serem alarmantes, esses números não representam o coeficiente real. Há a subnotificação de casos, relacionada a desafios que envolvem a denúncia, como a proximidade do agressor: 8 em cada 10 casos registrados foram de autoria de um conhecido da vítima, de acordo com o Anuário.

Outro ponto que pode prejudicar a denúncia é o julgamento social, como no caso de Mariana Ferrer, mulher que foi humilhada em audiência referente a uma denúncia de estupro (Alves, 2020). Este exemplo ilustra a dificuldade de vítimas serem acolhidas, bem como demonstra que a moral da mulher é frequentemente julgada como forma de afirmação da veracidade do estupro. Assim, evidencia-se como o sofrimento proveniente extrapola o momento do ato e pode se intensificar diante do julgamento social.

De maneira complementar, Sousa (2017) também explora dois outros pontos que dificultam o reconhecimento de estupros: uma concepção excessivamente falocêntrica, em que atos sexuais que não contemplam a penetração vaginal são frequentemente

desconsiderados; e a visão do estuprador como doente ou resultado dos valores culturais da sociedade machista, isentando o indivíduo de suas responsabilidades. Essa lógica foi colocada em evidência em 2022, quando uma mulher foi estuprada por um médico anestesista enquanto estava em trabalho de parto (Vieira, Freire & Leitão, 2022). Esse fato não só demonstrou que homens que cometem o ato não estão alheios à sociedade e nem apresentam algum transtorno psíquico, como também que a ocorrência da violência não diz respeito aos comportamentos da mulher, que muitas vezes é socialmente culpabilizada.

Se aproximando da tentativa de Sousa (2017) de pensar como a prática do estupro se mantém frequente, mesmo sendo usualmente condenada, de acordo com Grada Kilomba (2019), o ato de recalcar conteúdos que seriam socialmente desagradáveis permite a defesa do ego daqueles que violentam, bem como o questionamento do entendimento da realidade de quem denuncia tais violências. Dessa forma, a visão do estupro e do estuprador como alheios à sociedade permite a manutenção de violências, assim como possibilita que as denúncias das vítimas sejam questionadas como uma visão dúbia da realidade.

De acordo com o exposto, o estupro e suas consequências extrapolam a ocorrência do ato em si, havendo uma estrutura social que valida a violência, possibilita sua ocorrência, assim como envolve a objetificação, silenciamento e julgamento de vítimas, as quais, em sua maioria, são mulheres pretas. Portanto, para estudar o tema, é preciso considerar as diferentes violências que interagem entre si. Por exemplo, mulheres sofrem com a desigualdade de gênero e mulheres pretas também sofrem com o racismo, ou seja, há o reconhecimento de um cruzamento entre diferentes formas de sofrimento, o que não significa que ocorre uma hierarquia entre as dores.

Isto posto, este estudo se dará a partir da perspectiva interseccional, a qual é proposta pelo feminismo negro, e diz respeito ao entendimento de que diferentes formas de opressão se sobrepõem (Akotirene, 2019). A abordagem do tema de forma interseccional se justifica

pela herança escravocrata do Brasil, que se perpetua por meio do racismo estrutural, sendo que na maioria dos casos de estupro a vítima é uma mulher preta, mas, em geral, os casos de maior repercussão são das mulheres brancas, como é o caso de Mari Ferrer.

É possível ilustrar o exposto acima a partir do exemplo de Janaína Bezerra, de 22 anos, ocorrido em janeiro de 2023, em que ela foi estuprada e assassinada (Oliveira & Romero, 2023). O caso ocorreu dentro de uma sala da Universidade Federal do Piauí, e houve traços de crueldade, tanto pelo assassinato por asfixia quanto por ter ocorrido violência sexual com a vítima já morta, e também pelo agressor ter registrado alguns momentos por fotos e vídeos. Esse exemplo levanta problemáticas de relevância social, como a necessidade de maior segurança nas universidades e a crueldade envolvida. Entretanto, o caso não teve repercussão nacional, sendo necessário pesquisar explicitamente sobre estupro de mulheres pretas para tomar ciência dele.

O conceito de recalque de Freud também é um ponto inicial para trabalhar o sofrimento psicológico relacionado à vivência de uma violência, já que, a partir dele, pode-se elencar o conceito de trauma. Para Freud (Freud & Breuer, 1893), o trauma consiste em um acréscimo de estímulos que são reprimidos como forma de manter a integridade do ego e que, posteriormente, são retomados de diferentes formas para serem elaborados. Desse modo, para pensar as consequências do estupro, é possível explorar essa relação entre recalque e trauma, retomando a questão da sexualização da mulher, sua objetificação, e a invisibilização de suas vivências, ao passo de que há na cultura diversas estruturas, violências diárias, que remontam a essas experiências.

Diante do exposto, da frequência da prática, bem como de seus desdobramentos na subjetividade das vítimas, evidencia-se a necessidade de estudos sobre os impactos psicológicos do estupro na vida das mulheres. Ainda, tal estudo faz-se relevante diante do cenário político brasileiro, que apresenta uma polarização correlata à moralidade e que

representa um cenário de instabilidade e retrocesso quanto ao combate à violência contra a mulher. Esse fato é ratificado pelo ganho de espaço do conservadorismo nas eleições de 2022, apesar da derrota de Jair Bolsonaro (Carrança, 2022). Outro ponto é que, nos anos de 2020 e 2023, houve a diminuição de 94% do orçamento para combate da violência contra a mulher (Martello, 2022).

Ademais, a utilização da psicanálise para a pesquisa é justificada pelas suas contribuições para o estudo da sexualidade humana. Em uma busca avançada na plataforma BVS, a partir dos termos "psicanálise" e "estupro", com intervalo de 20 anos, foram achados apenas cinco resultados. A mesma busca foi realizada na plataforma SciELO, em que não foi encontrado nenhum resultado. Dessa maneira, o trabalho aqui proposto pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos referentes à interrelação entre psicanálise e estupro.

O estudo do tema e a nomeação de violências, como estupro marital e estupro de vulnerável, permite que estas sejam reconhecidas e enfrentadas. O estupro evidencia a negação do direito das mulheres sobre seus próprios corpos, a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitos e a necessidade de validação do sofrimento carregado para além do ato. Como mulher, esse tema me atravessa e fala sobre minha própria liberdade, mas ele não se encerra em mim e na minha história.

Desta feita, colocamos as seguintes questões: como a violência sexual impacta os processos psíquicos e subjetivos das mulheres? De que forma a objetificação feminina experienciada diariamente se relaciona com o sofrimento advindo do estupro? Quais as relações entre a repressão social da temática do estupro, o silenciamento das mulheres e o sofrimento psíquico decorrente da violência sexual?

O objetivo geral do presente trabalho foi investigar os impactos do estupro na constituição psíquica das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional, levando em consideração sua inserção na cultura e no meio social. Os objetivos específicos consistiram

em: (i) pensar as consequências psicossociais da sexualização e objetificação das mulheres, considerando recortes de raça e classe; (ii) explorar os impactos psicológicos do estupro na vivência das mulheres, a partir da teoria psicanalítica do trauma; e (iii) compreender os processos de sofrimento psíquico das mulheres que foram vítimas de estupro, bem como possíveis recursos subjetivos de elaboração da violência sofrida.

Capítulo 1: Interseccionalidade, psicanálise e violência sexual

Para o desenvolvimento da pesquisa, os fundamentos teóricos serão norteados pelos seguintes eixos: (i) Sexualização feminina e interseccionalidade; (ii) A cultura do estupro; e (iii) Considerações psicanalíticas sobre o trauma.

Sexualização feminina e interseccionalidade

O fenômeno de estupro no Brasil perpassa a erotização feminina e a objetificação de corpos como instrumentos de prazer. E, para desenvolver o tema, aqui se entende a impossibilidade de falar sobre a história das mulheres de maneira generalista. Se tomará como ponto de partida o ditado: "Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar" (Gonzalez, 2020). Ao expor essa expressão, Lélia Gonzalez (2020) desenvolve como tal fala se dá diante da materialização ideológica da política de branqueamento. Essa política, apesar de não ter sido efetiva em termos demográficos, permitiu ideologicamente falas como a exposta anteriormente, a qual atua de duas formas: a primeira em termos de definir a identidade dos negros e negras a partir do que é dito sobre eles; e a segunda como maneira de definir os lugares ocupados pela pessoa a partir de sua raça.

Complementando esse raciocínio, no ditado fica exemplificado como também há o entrelaçamento entre o racismo e as estruturas patriarcais que se mantêm desde o período de colonização. Essa afirmação é ratificada pela diferenciação das mulheres - entre negras, mulatas e brancas -, acompanhada da designação de papéis sociais. Logo, em conformidade ao proposto por Kilomba (2019), a qual afirma ser impossível estudar gênero e raça de forma

separada, aqui entende-se que é preciso se debruçar sobre essas intersecções ao estudar o contexto brasileiro.

Ao falar sobre a experiência dos Estados Unidos, bell hooks (2019) pontua questões importantes no que se refere a mulheres pretas escravas em um modelo colonial. Conforme a autora, o trabalho, área destinada a mulheres negras no ditado, é o que principalmente as diferenciava dos homens pretos:

O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para assédio sexual perpetrado pelo homem branco (hooks, 2019, p. 47).

Nessa citação, fica claro o entrelaçamento entre trabalho e o papel de objeto de assédio sexual na constituição identitária da mulher preta. No Brasil, os atos de violência sexual contra escravas foram romantizados no mito da democracia racial, o qual criou uma suposta harmonia racial brasileira e desencadeou a invisibilização de violências direcionadas à população negra. Ainda, como afirma González (2020), essa superexploração da mulher preta designa o lugar dela na sociedade brasileira, em suas palavras, de "mula de carga".

Conforme a autora, a mulher preta é desejada e sexualizada na figura da mulata, termo que vem de mula, animal híbrido, simbolizando pessoas que nasceram do estupro das mulheres pretas por homens brancos (González, 2020). Assim, a mulata tem notoriedade no momento em que a liberdade sexual no país é permitida, no Carnaval. Essas mulheres têm suas figuras exaltadas como as rainhas de bateria, que nos demais dias do ano, se mantêm em uma posição vista como subalterna enquanto trabalhadoras. Mas também é necessário apontar que mesmo quando colocadas como objeto de desejo e de suposta admiração, ainda há uma subjugação delas quando são referenciadas como "da cor do pecado" .

Esse último ditado destaca-se ao se pensar na estrutura brasileira, de um país de herança católica, em que a religião também exerce um papel de identificação de corpos. Há a separação entre as mulheres por valores morais, que englobam a raça. A mulher preta, quando desejada, ainda é referida por um termo que a desqualifica como oriunda do pecado e em contrapartida, a mulher branca é tida como aquela para casar.

No Brasil Colônia, a domesticação da sexualidade feminina se deu diante do entendimento do homem como superior, a partir dos dogmas cristãos (Araújo, 2002). O corpo feminino era simbolizado por uma dicotomia de papéis: a negação do corpo e a condenação da sexualidade feminina, relacionada ao pecado original de Eva; e a sacralização da mulher como mãe, ao se afastar da simbolização de Eva e aproximar-se da figura da Virgem Maria.

A partir disso, pode-se perceber como a identidade da mulher e sua sexualidade é subjetivada socialmente, por meio do olhar do homem. Conforme Araújo (2002):

Como vimos, a sexualidade feminina na época colonial manifestava-se sob vários aspectos, sempre esgueirando-se pelos desvãos de uma sociedade misógina e suportando a culpa do pecado a ela atribuído pela Igreja. A mulher podia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante (Araújo, 2002, p.73).

Ainda, é necessário destacar que apesar da citação acima comentar sobre a experiência das mulheres de maneira generalista, ela diz respeito a mulheres brancas, pois à mulher preta era designado o papel de amante. Apesar da prática sexual ser validada, independentemente da vontade da mulher, no Brasil Colônia, o casamento com uma mulher preta representava uma desonra social para homens (González, 2020).

Complementarmente, conforme Silvia Federeci (2019), a sacralização do corpo feminino remonta a história da Europa, antes do descobrimento do Brasil, em que as práticas de negação do sexo e das mulheres foram postas como atos sagrados. A autora relaciona esse fato ao reconhecimento da Igreja acerca do poder das mulheres sobre os homens, relativo ao

desejo sexual. Entretanto, tal sacralização, além da religião, também envolveu o capitalismo. A condenação de atividades sexuais que não fossem para procriação teve sua explicação na necessidade de mão de obra, passagem da propriedade entre gerações e concentração de energia apenas para o trabalho.

Essa lógica, assim como o exposto por bell hooks (2019) anteriormente, demonstra como há um entrelaçamento entre gênero e raça, mas também classe. Segundo Joice Berth (2020), as minorias sociais, em geral, são compostas por pessoas de baixa renda, o que dificulta a sua mobilidade para diferentes estratos sociais. Segundo a autora, a condição econômica representa uma via de empoderamento, possibilitando um cenário favorável ao fortalecimento de comunidades, bem como a emancipação e a libertação pessoal das mulheres, que correspondem a uma autonomia em que se assume o papel de sujeito mediante a possibilidade de realizar escolhas. Ou seja, trata-se não apenas de uma autonomia econômica, mas também subjetiva (Rego & Pinzani, 2013).

Com o intuito de avaliar possíveis mudanças políticas e morais mediante uma maior estabilidade econômica, Walquiria Domingues Leão Rego e Alessandro Pinzani (2013) realizaram uma pesquisa, entre os anos de 2006 e 2011, com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa aponta que o dinheiro, culturalmente, apresenta um valor simbólico sobre a subjetividade de indivíduos, impactando a relação com sentimentos, emoções e expressão da própria personalidade. A renda representa a ocupação do lugar de cidadãs e o exercício da própria humanidade pelo poder de escolha.

O estudo apresentou a melhoria da condição econômica como a possibilidade de quebra de um pacto de destino, que mantém um ciclo de pobreza e o sofrimento advindo do controle das mulheres por parte de diferentes agentes. A pesquisa foi realizada no Sertão, sendo uma de suas características o exame das múltiplas formas de dominação, às quais as

mulheres pobres dessa região são comumente acometidas, chamando atenção também para a importância da territorialidade na opressão dessas mulheres.

A intersecção entre gênero, raça e classe também demonstra a assimetria das vivências sociais das mulheres, pois aponta como é possível sofrer uma marginalização pelo gênero, mas ainda assim ocupar posições de opressoras em outras relações sociais. Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2015) ressaltam como mulheres brancas e com maior renda podem sofrer dominação masculina, ao mesmo tempo em que exercem uma dominação sobre mulheres e homens pretos e pobres. Outro ponto é que as conquistas das mulheres socialmente privilegiadas não irão necessariamente incidir no cotidiano de outras mulheres de diferentes raças e classes:

(...) estruturas que definem padrões sociais, racismo, dominação de gênero e de classe podem posicionar as mulheres em relações nas quais sua individualidade e mesmo sua humanidade lhes são recusadas. Nas relações entre trabalhadoras domésticas e empregadoras dentro da casa, as opressões cruzadas diferenciam as mulheres, de modo que classe e raça constituem sua posição sem que, no entanto, as relações de gênero deixem de atuar e de lhes dar lugares que são distintos relativamente aos dos homens (Biroli & Miguel, 2015, p. 49).

Nesse sentido, o capitalismo, o racismo e o imperialismo constroem lugares sociais pautados na estratificação de indivíduos, impossibilitando a partilha de um status social comum a todas as mulheres (hooks, 2019). De forma complementar, o sujeito assume o espaço de outridade a partir da discriminação, a qual apenas se dá quando há o contato com o outro, com o sujeito hegemônico (Kilomba, 2019). Assim, é necessário utilizar uma postura interseccional para estudar a correlação entre esses fenômenos, ou seja, compreender que há uma sobreposição de opressões, mas que não é apenas uma junção delas, e sim o desenvolvimento de efeitos específicos do entrelaçamento de diferentes violências.

Logo, a postura interseccional evidencia como as questões de raça e classe são centrais para a discussão do tema. Isto porque, como discutido anteriormente, a raça das mulheres se relaciona com a forma como elas são subjetivadas socialmente e com as opressões que vivenciam. Ainda, como a discriminação ocorre mediante o contrato com o sujeito hegemônico - no caso do Brasil, homem cis, branco, hétero e rico -, mulheres estão sempre no espaço de outridade, mesmo que com diferentes recortes. Mulheres ocupam a posição de objeto, em comparação a esse sujeito. Portanto, a cultura brasileira subjetiva mulheres diante de uma herança patriarcal e misógina que ainda se faz presente, relacionando-se com a cultura do estupro.

A cultura do estupro

A sexualização feminina em si não age como precursora do estupro de forma isolada, ela se dá diante de uma relação de poder e dominação, para além da discriminação de corpos. Sobre poder, Michel Foucault (2020) afirma:

Sem dúvidas, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 2020, p. 101).

Logo, o estupro ocorre dentro de uma sociedade específica, de acordo com o espaço que ocupa aquele indivíduo. De forma complementar, Pierre Bourdieu (2019) afirma que a virilidade masculina se dá a partir da dinâmica de dominação, de exercer poder sobre o outro, como prova da potência sexual. Assim, a virilidade, além dos aspectos sexual e social, se constitui a partir da violência. Sob essa perspectiva, ser homem envolve exercer poder sobre outros corpos, que seriam mais “fracos” ou socialmente invisibilizados, comportamento que se constitui diante de estruturas de classe e raça, além de gênero (Nascimento, Gomes & Rebello, 2009).

Essa lógica é complementada por Maria Cecília Minayo (2005) que, além de estabelecer a relação entre virilidade e violência, também explora como essa lógica envolve os papéis sociais de cada gênero. De acordo com a autora, a virilidade masculina se pauta em dois entendimentos centrais: a incapacidade do homem de controlar os próprios desejos; e a desconsideração do "não" feminino, sendo parte do ritual de sedução (Minayo, 2005). Ainda, um aspecto que não pode ser desconsiderado na sociedade brasileira é a "honra" masculina, em que, para assegurar a fidelidade de sua parceira e defender a própria virilidade, haveria um aval a atos de violência praticados por homens (Minayo, 2005).

Essa lógica explicita a desconsideração do desejo da mulher. Isso aproxima a discussão do argumento de Rebecca Solnit (2017) de que o silenciamento de indivíduos faz com que sejam destituídos de sua humanidade. A autora explora como a invisibilização de grupos sociais mantém violências e afirma que "a história do silêncio é central na história das mulheres" (Solnit, 2017, p. 28). Dessa forma, pode-se perceber como a submissão feminina também envolve um processo de objetificação das mulheres, o qual vai além de sua erotização, também dizendo respeito à desconsideração da posição das mulheres como sujeitos. Ainda, a cultura que constrói o lugar de submissão para as mulheres e ao mesmo tempo as culpabiliza diante das violências por elas sofridas, coloca a submissão como escolha e retira a responsabilidade dos homens por seus atos.

É importante salientar que o silenciamento das mulheres, entre outros motivos, pode se dar pelo desencorajamento da fala, por meio do questionamento e invalidação de seus discursos. O caso de Mari Ferrer pode ser citado novamente, porquanto foi utilizado como exemplo para justificar a proposta do Projeto de Lei 1837/22 (Haje & Chalub, 2022), que visa o aumento de pena para comunicação falsa de crimes de dignidade sexual. Ou seja, o projeto indica que as denúncias de Mariana foram falsas, bem como abre precedente para o

desencorajamento de denúncias (Garcia, 2022). Além disso, o autor da PL 1837/22 não só foi reeleito, como é o deputado federal mais votado de Niterói (Lopes, 2022).

Também o caso de Maria da Penha, mesmo anos depois, ainda tem sua veracidade questionada. Lançado em 2010, o livro "A verdade não contada do caso Maria da Penha" narra a versão do agressor da vítima, Marco Antonio Heredia Viveros, acusando todo o processo que se deu para a aprovação da Lei 11.340 de farsa¹. Além disso, em 2022, viralizaram vídeos nas redes sociais questionando os fatos², demonstrando como, mesmo sendo defendida internacionalmente, ainda há espaço para o questionamento da narrativa de Maria da Penha.

Dessa forma, sob a perspectiva da Lei Maria da Penha, para a mudança efetiva de comportamentos, é preciso ir além da legislação e que haja impacto sobre estruturas sociais. Sinalizando a importância da linguagem nesse processo, Rita Laura Segato (2003) afirma que leis acerca de violência se fazem importantes não por gerar uma mudança imediata, mas por permitir a simbolização pela nomeação e, conseqüentemente, a reflexão, debate e transformação. Assim, é evidente como atos de violência estão inseridos dentro de uma cultura que atribui papéis sociais a pessoas a partir do gênero e se concretiza através de costumes.

Sob esse contexto, Valeska Zanello (2017) apresenta o conceito de "tecnologia de gênero" para nomear os dispositivos que promovem *scripts* sociais para pessoas conforme seu gênero, sendo exemplos: mídias, brinquedos, propagandas, entre outros. Acerca do desenvolvimento de papéis sociais conforme o gênero, Guacira Lopes Louro (2000) afirma que:

¹ Disponível em: <<https://clubedeautores.com.br/livro/a-verdade-nao-contada-no-caso-maria-da-penha>>. Recuperado em 27 março, 2023.

² Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/maria-da-penha-assaltante-2/>>. Recuperado em 27 março, 2023.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (Louro, 2000, p. 07).

Desta forma, é demonstrado como não só há o estabelecimento de modelos a serem seguidos, mas também uma regulação e punição de performances que se distanciam de tal ideal. A partir da citação, também é possível pensar como as performances se circunscrevem em uma lógica binária, em que há a negação de identidades que não se inscrevem nessa dicotomia.

É necessário pontuar isso, pois em 2017, o Brasil foi o país que mais acessou pornografia trans no site Pornhub (Candido, 2018). Ainda, cerca de 90% da população de travestis e transexuais no Brasil trabalha como profissionais do sexo. Em contrapartida, em 2020, o Brasil foi o país que mais matou pessoas transexuais no mundo e todas as vítimas de assassinato se expressavam com o gênero feminino (Benevides & Nogueira, 2021). Logo, em um estudo que objetiva olhar para a violência contra as mulheres, se faz necessário considerar as particularidades da identificação de gênero, se afastando de uma lógica cis-heteronormativa.

Igualmente, a pornografia também desempenha um papel no contexto de violências sexuais, mais precisamente, a pornografia *mainstream*. Esta forma de pornô, a qual tem um fácil acesso por, em geral, ser gratuita, se baseia principalmente na objetificação dos corpos femininos e na centralização no gozo masculino. Em tais mídias, o corpo feminino é frequentemente levado ao extremo. Baumel et. al (2020) desenvolvem que a pornografia pode ser relacionada ao aumento da objetificação, da agressividade e da aceitação do estupro.

Para o desenvolvimento do presente trabalho é importante detalhar o que é estupro. Conforme a Lei Nº 12.015 (2009), o estupro consiste em: "Constranger alguém, mediante

violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Ainda, a mesma lei configura como estupro de vulnerável quando tais atos são praticados com menores de 14 anos ou "com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência" (Lei n 12.015, 2000). A pesquisa aqui proposta não pretende abordar os casos de estupro de vulnerável por idade, assim, contará com participantes que tenham sofrido a violência com idade igual ou superior a 14 anos.

Diante disso, conforme o exposto nesta seção e na anterior, pode-se afirmar que o poder não é subjetivo, pois não há uma referência concreta da criação de preconceitos, mas é intencional, pois mantém uma lógica (Foucault, 2020). Logo, apesar de falarmos de machismo e racismo desde o período colonial, não há como apontar sua origem exata. Entretanto, é possível compreender como essas estratégias perpassam a sociedade de forma a naturalizar violências. Assim, se sublinha o proposto por Sousa (2017), de que há uma cultura que permite a manutenção de preconceitos, estruturas e situações que compõem esse poder, legitimando o ato de estupro por múltiplas violências contra as mulheres, desde a sua erotização, até o ato em si e sua posterior culpabilização.

Considerações psicanalíticas sobre o trauma

As consequências psicológicas do estupro, apesar de dizerem respeito aos processos subjetivos de cada pessoa que passa pela experiência da violência, se dá também pela forma como a cultura inscreve tais processos no meio social. Para se fazer tal relação, pode-se destacar o conceito freudiano de recalque, o qual diz respeito a um mecanismo de defesa que visa proteger o ego de conteúdos ameaçadores. Grada Kilomba (2020) faz uma releitura do conceito de Freud para falar de racismo. A autora explora que existe uma forma de medo sentido pelas pessoas brancas diante da possibilidade de ouvirem o que pessoas negras

poderiam falar sobre racismo. Esse medo, juntamente ao ato de recalcar conteúdos que seriam socialmente desagradáveis, permitiria a defesa do ego daqueles que praticam o racismo, assim como o questionamento da realidade da fala da vítima, mantendo-se a violência.

Tendo em vista a cultura do estupro, pode-se pensar como a visão do agressor como alguém alheio à sociedade, assim como o julgamento moral das vítimas, possibilita que tal processo se dê. Ou seja, permite que haja uma invisibilização das violências e dúvidas diante das denúncias. Outro ponto é que a própria sacralização da sexualidade e a banalização da objetificação, vistas nas seções anteriores, podem atuar como uma forma de invisibilizar pautas e perpetuar violências pelo próprio não reconhecimento delas e julgamento das vítimas.

Aquilo que não é dito permanece presente na sociedade, ou seja, apesar de não se falar sobre a cultura do estupro e sobre as estruturas que a mantêm, essas violências entrelaçam-se ao tecido social a partir dos atos, dos abusos praticados. Pode-se fazer um paralelo com o explorado por Freud (1914), de que, assim como paciente reproduz em ação aquilo que não lembra, a sociedade expressa aquilo que reprimiu, repetindo os atos de violência.

Ademais, o conceito de recalque de Freud também é importante para trabalhar sobre o trauma. Em uma perspectiva econômica, em sua primeira teoria, ao falar de pacientes histéricos, Freud trabalha o trauma como um excesso de estímulos que permanece retido, impedindo sua elaboração (Freud, 1990). O autor ressalta que o trauma "age como um corpo estranho que, muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação" (Freud & Breuer, 1893, p. 44).

Esse entendimento acerca do trauma, para Freud (Freud & Breuer, 1893), é complementado pela teoria dos dois tempos do trauma. Além de corresponder a um grande

acréscimo de estímulos que, por sua intensidade, são difíceis de serem abolidos, no trauma psíquico os afetos que não foram elaborados são retomados em eventos posteriores que apresentam uma semelhança com esse principal. Assim, o trauma não corresponde apenas ao evento em si, mas à lembrança dele, o contato com algo que retoma esse acontecimento inicial que não foi elaborado, mas reprimido.

A partir desta constatação, pode-se também elaborar a questão da compulsão à repetição, segundo Freud. De acordo com o autor (Freud, 1920), o consciente é orientado pelo princípio da realidade, que visa a obtenção de prazer, pela pulsão de conservação. Dessa forma, ela adia essa obtenção, tolerando, momentaneamente, o desprazer. Já a resistência do eu, bem como o sistema psíquico pré-consciente - o qual corresponde a uma parcela do inconsciente -, são regidos pelo princípio do prazer, que objetiva a satisfação de impulsos, isto porque evitam o desprezo do contato com o recalcado. Logo, indivíduos são guiados principalmente pelo princípio do prazer. Entretanto, existe também a compulsão à repetição, a qual não se opõe ao princípio do prazer, mas permite que tenha um terreno para que ele atue. Há a vivência repetida do desprazer pela retomada de conteúdos não elaborados, mas que também envolve um prazer do desejo de retomar aquilo que foi recalcado.

Desta forma, o caráter repetitivo, bem como a teoria dos dois tempos do trauma, têm representações para além da retomada do vivido, desempenhando também uma tentativa de elaboração da experiência. De maneira complementar, pode-se citar o conceito de sintoma, que corresponde a um "substituto de uma satisfação impulsional não realizada, um resultado do processo de recalçamento" (Freud, 2016, p. 35). O sintoma seria uma forma de entrar em contato com a intolerável experiência vivida, mas de maneira distorcida, permitindo a manutenção do ego. Assim, o sintoma e a compulsão à repetição, ao mesmo tempo em que envolvem contato com um desprazer, também representam uma satisfação substitutiva do desejo que foi interrompido pelo recalçamento. Maria das Graças Dias (2006) afirma:

A pulsão de morte é, em última instância, a responsável pela repetição, fazendo com que se retorne sempre a um mesmo lugar; lugar de sofrimento e desprazer, o qual proporciona uma satisfação paradoxal, para além do princípio do prazer, que faz o sujeito gozar de seu mal-estar, traçando as vias por onde circula. A necessidade de repetir a mesma coisa é onde se situa o recurso de tudo aquilo que se manifesta do inconsciente sob a forma de reprodução sintomática (Dias, 2006, pp. 401 - 402).

Assim, conforme Freud (2016), o sintoma apresenta um sentido que pode ser decifrado, bem como outras manifestações do inconsciente o são, havendo, desta forma, uma íntima relação entre sintoma e compulsão à repetição como maneiras de preparação para a elaboração do trauma. De maneira complementar, para Ferenczi, a dor do trauma se dá por esse processo de retomada dos eventos vividos, mas em um momento em que ainda não são elaborados ou conferidos de sentido (Lima & Werlang, 2011). Ainda, Gabriela Lima e Blanca Werlang (2011) apontam que, para Ferenczi: "crianças mal- acolhidas, ou acolhidas com rudeza e sem carinho, no mínimo, conservarão certo pessimismo e aversão à vida" (Lima & Werlang, 2011, p. 512). Esse trecho fala sobre crianças vítimas de abuso, assim cabe pensar quais seriam os impactos subjetivos da violência na experiência das mulheres que sofreram a violência sexual na juventude e, frequentemente, não são acolhidas e sofrem julgamentos da sociedade.

Para Lacan, o significado do sintoma não pode ser totalmente acessado pela consciência, destacando-se uma falta estruturante, a repetição revela o Real (Dias, 2006). Conforme o teórico, o Real corresponde àquilo que não pode ser dito ou elaborado. Ainda, de acordo com Maria Rita Kehl (2017), a verdade última do desejo sexual não é passível de representações, ou seja, a própria sexualidade, em última instância, faz parte do Real de Lacan. Dito isso, é interessante explorar as nuances da falta e da não representação no processo de violência sexual.

Tal ponto pode ser explorado novamente a partir de Ferenczi, o qual afirma que, diante da experiência de violência sexual na infância, o psiquismo é dividido em partes que não se comunicam (Sales, de Oliveira & Pacheco-Ferreira, 2016). Ou seja, o processo se dá como forma de suportar o evento que fura a própria subjetividade da criança e se coloca como um contexto irrepresentável. Ainda, o autor também pontua uma tentativa de conciliação dos afetos referentes ao evento por parte da criança, a qual introjeta quem a violentou e assimila a culpa pela situação (Sales, de Oliveira & Pacheco-Ferreira, 2016). A culpa, como explorado por Freud (2011) é um sentimento social, assim se dá diante da identificação com outras pessoas. Sob esse contexto, ela aparece também no campo do irrepresentável, corresponde a um processo inconsciente.

Luciana Chagas e Maria Livia Moretto (2013) exploram o significado de algo que não é dito, do segredo na vivência das mulheres vítimas de violência sexual na infância. As autoras puderam refutar a crença social de que mulheres permanecem em relações violentas porque "gostam". Assim, evidenciou-se a possibilidade de que mulheres permanecem em tais relacionamentos por estabelecerem uma compulsão à repetição das vivências de violência, tendo-se como exemplos a necessidade de elaboração de traumas, ou até a repetição, como forma de denúncia da violência, que é encoberta pelo segredo. As autoras também distinguiram o segredo na violência sexual em três vertentes: o não dito entre gerações de família; o não dito de algo recalcado; e o segredo pela escolha de não contar (Chagas & Moretto, 2013). Assim, é evidenciado como não contar apresenta diferentes significados e implicações.

Entende-se que é interessante explorar as três diferenciações de segredo. O não dito como algo recalcado pode ser relacionado ao processo de recalque já desenvolvido aqui. De forma complementar, o segredo entre gerações e a escolha por não contar abrem espaço para

que se pense que parece existir um contexto que beneficia a ocultação dos atos, como a cultura do estupro desenvolvida anteriormente.

A pesquisa de Chagas e Moretto (2013) foi realizada em um hospital público com mulheres que haviam mantido a experiência de violência em segredo por um longo período de tempo. Na pesquisa, 78% das participantes afirmaram que aquela havia sido a primeira vez em que falaram sobre a violência sexual sofrida, sendo também o momento em que puderem perceber as consequências do segredo em suas vivências. Dessa forma, a pesquisa evidencia a importância do contato com o vivido, em forma de narrativas, para a elaboração do trauma.

Logo, é retomada a ideia de compulsão à repetição, sobre a qual Freud (1920) comenta que algumas pessoas têm a impressão de serem perseguidas por um destino demoníaco, mas que a psicanálise entende que esse destino é dado, em grande parte, pela própria pessoa. Em "Além do Princípio do Prazer", Freud (1920) aborda como a compulsão à repetição pode operar pelos sonhos traumáticos, os quais atuam de forma a desenvolver angústia. Kehl (2017) discute como a passividade das mulheres no campo sexual pode ser influenciada pelos costumes, sendo uma consequência do recalque da agressividade que retorna para o eu, tornando a passividade uma forma de sintoma. Desta forma, novamente afirma-se como a violência sexual não pode ser trabalhada de maneira isolada e que seus impactos extrapolam o momento em si do ato.

Capítulo 2: Método

Este projeto consiste em uma pesquisa qualitativa, que se dará a partir da análise do discurso, proposta por Michel Pêcheux (Orlandi, 2005). Assim, para melhor compreensão do método aqui empregado, se faz interessante apresentar algumas das características da análise do discurso, bem como da pesquisa em psicanálise.

A análise do discurso, em referência à perspectiva lacaniana, destaca o sujeito como algo construído. Isto implica dizer que a categoria de sujeito não está dada, tampouco

completa, mas é essa falta que permite a pluralidade de sentidos (Ferreira, 2005). Entretanto, essa concepção de sujeito extrapola seu entendimento apenas pelo inconsciente, por essa descontinuidade, também sendo interpelado pela ideologia. É necessário pontuar que a ideologia aqui corresponde a uma representação de mundo de determinada classe social (Gregolin, 1995).

Além das concepções de sujeito e ideologia, a análise do discurso também leva em consideração os conceitos de história e língua. Assim, sob uma perspectiva do materialismo histórico, compreende-se que, além de impactar a história, o sujeito não é alheio a ela (Orlandi, 2005). De maneira complementar, a língua não apresenta sentidos *a priori*, mas como afirma Orlandi (2005) "Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas" (p. 42). Dessa forma, os sentidos correspondem a jogos entre palavras, em uma relação metafórica na qual seus significados não são transparentes. Logo, o discurso é construído nesse espaço para interpretações, que leva em consideração o contexto em que se dá.

A pesquisa em psicanálise vai ao encontro das concepções da análise do discurso, pois nela se considera que objetivos e hipóteses de pesquisa não são formuladas *a priori*, mas produzidas pela transferência (Rosa, 2004). Assim, o pesquisador ocupa o lugar de suposto saber, ou seja, um lugar no qual ele é posto pelo sujeito que supõe estar falando para alguém que tem um saber sobre ele (Rosa, 2004). Este lugar ocupado pelo pesquisador possibilita que a pessoa fale, escute e se aproprie do próprio discurso.

Diante disso, é possível perceber que a psicanálise é desenvolvida para além da clínica, sendo esse processo denominado por Lacan como psicanálise em extensão (Rosa & Domingues, 2010). Isto se coloca em congruência com a posição de Freud, que propõe uma visão biopsicossocial da psicanálise (Rosa, 2004). Dessa forma, a pesquisa em psicanálise se dá por meio desta compreensão, de que o inconsciente não se manifesta apenas na clínica,

mas se dá em diferentes contextos. Logo, a escuta psicanalítica também não se encerra, necessariamente, no âmbito clínico (Rosa & Domingues, 2010).

Procedimentos de coleta do material

Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e, após sua aprovação, foram iniciados os procedimentos para coleta de dados, que foram divididos em duas principais etapas, a saber: 1) questionário via *Google Forms* e 2) entrevista semiestruturada.

A primeira etapa correspondeu à elaboração de um questionário no *Google Forms* (Apêndice A), o qual foi divulgado pelas redes sociais e pôde ser respondido por mulheres brasileiras com idade igual ou superior a dezoito anos. A etapa buscou compreender como se deu o processo de contato das participantes com a própria sexualidade, bem como seus entendimentos sobre violência sexual e o julgamento social sobre a sexualidade das mulheres. Assim, no convite para participação, foi disponibilizado o link para acesso ao questionário. Ainda, antes da visualização das perguntas, foi necessário que as mulheres aceitassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) digital, também inserido pelo link (Anexo A).

O questionário foi respondido por 89 mulheres com as seguintes identificações: idades entre 18 e 58 anos; 53,9% eram brancas, 27% pardas, 16,9% pretas e 2,2% amarelas; quanto à religiosidade as respostas foram diversas, destacando-se 42,7% sem religião específica, 27% católicas e 9% evangélicas; 68,5% das participantes eram heterossexuais, 22,5% bissexuais, 6,7% panssexuais e 2,2% lésbicas; por fim, 96,6% eram cisgênero, 2,2% transgênero não binário e 1,1% correspondeu a uma resposta inválida, em que foi escrita a orientação sexual ao invés da identidade de gênero.

O questionário em si foi composto por três partes. A primeira correspondeu ao preenchimento dos dados sociodemográficos: idade, raça, religião, classe e orientação sexual. Na segunda parte, foram feitas perguntas sobre o contato das participantes com a própria

sexualidade, bem como disponibilizadas frases para que elas pudessem emitir suas opiniões sobre. Na terceira parte foi explicado em que consistia a etapa seguinte da pesquisa e quais eram os critérios para participação. Assim, foi solicitada uma autorização, caso a pessoa pudesse e quisesse participar, para que a pesquisadora entrasse em contato, e para convidá-la para a próxima etapa. Após o fechamento do questionário, as respostas foram analisadas e sistematizadas.

A etapa final consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com 10 questões (Apêndice B), com o objetivo de compreender os impactos psicológicos do estupro na vivência de vítimas. Os critérios para participação desta etapa foram: 1) ser uma mulher brasileira; 2) ter mais de dezoito anos; 3) não necessariamente residente de Brasília; 4) que tenha sido vítima de estupro; 5) e que essa violência tenha ocorrido quando ela tinha idade igual ou superior a 14 anos. Esta etapa contou com 5 participantes, duas pessoas a mais do que pensado no projeto, pela possibilidade de abarcar mais experiências. As participantes serão caracterizadas na próxima seção.

Portanto, na última etapa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada participante via plataforma *Google Meet*, em locais que garantiram o sigilo. A plataforma substituiu o *Zoom* por ter sido acessada com mais facilidade pelas participantes e ainda garantir as mesmas qualidades técnicas e de segurança. Após a participante ter aceitado realizar a entrevista, foi marcada a reunião e ela recebeu, na data e hora estabelecidas, um link para a chamada de vídeo. Antes de iniciar a entrevista, foi disponibilizado um novo TCLE (Anexo B) para cada participante, a pesquisadora expôs seus termos, mas o documento também foi enviado. A continuidade do processo somente se deu mediante o aceite do termo por parte da participante. As reuniões duraram entre 31 e 56 minutos. Após a finalização de todas as etapas, o material foi transcrito, sistematizado e analisado.

Procedimentos de análise do material

As informações coletadas foram organizadas e analisadas a partir de cinco procedimentos: (i) identificar as posições subjetivas de cada participante no discurso, considerando suas falas, o que compreendem acerca de sexualização feminina e violência sexual, bem como suas percepções sobre as temáticas em sua própria vivência; (ii) destacar paráfrases, metonímias, metáforas e repetições temáticas, de maneira atenta às construções simbólicas; (iii) perceber os mecanismos ideológicos e culturais nos discursos, os quais envolvem a posição social e a realidade interseccional tanto da entrevistadora quanto das participantes; (iv) formular hipóteses sobre o que não é dito nos discursos, ou seja, os sentidos subtendidos nas falas das participantes; e (v) investigar as cadeias associativas que estruturam o discurso das participantes, levando em consideração as relações levantadas por elas e aquelas identificadas pela entrevistadora.

Capítulo 3: Resultados e discussão

O presente capítulo é dividido em três eixos temáticos: "Eu fui violada, estupro é uma violação"; "É uma coisa que ainda meio que me persegue"; e "Tem segredos que a gente tem, que a gente não conta nem para a gente mesmo". Cada uma dessas seções representa, respectivamente, os objetivos específicos da pesquisa. Assim, primeiro se pensa nos impactos da forma como mulheres são sexualizadas e objetificadas na vivência das participantes, depois os impactos psicológicos dos estupros sofridos e, por fim, os mecanismos de elaboração do vivido.

A seguir, a tabela 1 apresenta a caracterização das participantes das entrevistas semiestruturadas. Tal descrição foi colocada neste capítulo e não no método, pois se trata de elementos para além de identificações sociodemográficas e pode ser utilizada como contextualização quando cada mulher é citada. Os nomes estão na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Tabela 1

Caracterização das participantes

Nome	Descrição
Joanna ³	Mulher branca, cisgênero, de 22 anos, se autoidentificou como classe média, que tem o Espiritismo Kardecista como religião. Foi violentada pelo ex-namorado que a pressionava a ter relações sexuais. Eles se relacionaram

³ Ao final, foi dada a possibilidade para que cada participante escolhesse o nome fictício utilizado para nomeá-la na pesquisa. A primeira participante solicitou que fosse o nome de uma mulher importante para a história, assim, o nome Joanna faz alusão a Joanna Maranhão, nadadora e ativista que foi abusada sexualmente aos nove anos pelo seu treinador. Seu nome foi utilizado para batizar a Lei 12.650/2012, a qual estabelece que o prazo para prescrição de um caso de abuso sexual contra crianças e adolescentes passa a ser contado apenas após a vítima completar 18 anos. Já a segunda participante escolheu o nome Cecília, pois relatou que se um dia tiver uma filha esse será seu nome. Bêa foi modificado para não dar informações que permitissem identificar a participante, mas remete a uma mulher de sua família que a participante tem receio de que passe pelas mesmas violências. Tereza também foi alterado e refere-se à psicóloga da participante. Por fim, Eduarda corresponde ao pseudônimo que a participante utilizou ao trabalhar em um serviço destinado a pessoas que sofreram violência.

durante a adolescência e a primeira violência ocorreu quando ela tinha 16 anos. Joanna escolheu chamar os estupros sofridos de "violências" durante a entrevista⁴.

Cecília Mulher preta, cisgênero, de 23 anos, bissexual, se autoidentificou como classe média baixa, que tem a Umbanda como religião. Foi abusada pelo ex-namorado diversas vezes, a partir dos seus 19 anos, em que ele a obrigava a realizar atos que não tinha vontade. Cecília escolheu chamar os estupros sofridos de "abusos" durante a entrevista.

Bêa Mulher parda, cisgênero, de 24 anos, heterossexual, se autoidentificou como classe média, que tem o Catolicismo como religião. Foi abusada pelo ex-namorado diversas vezes, quando tinha entre 20 e 21 anos. Ele a coagia a ter relações sexuais, mas também tinha comportamentos de cunho sexual, a tocando, por exemplo, quando ela estava bêbada ou dormindo. Bêa escolheu chamar os estupros sofridos de "momentos" durante a entrevista.

Tereza Mulher branca, cisgênero, de 27 anos, heterossexual, se autoidentificou como classe média, que não pratica religião específica. Foi abusada duas vezes, por homens diferentes, entre os 19 e 23 anos. Bêa escolheu chamar os estupros sofridos de "abusos" durante a entrevista.

Eduarda Mulher preta, cisgênero, de 38 anos, bissexual, se autoidentificou como classe baixa, que não pratica religião específica. Sofreu abuso infantil quando tinha 5 anos e foi estuprada com cerca de 37 anos. Inicialmente, Eduarda escolheu chamar o estupro sofrido de "estupro" mesmo, mas

⁴ Como forma de deixar as participantes mais confortáveis ao falar do estupro, foi perguntado como cada uma preferia chamar a violência no decorrer da entrevista.

durante sua fala utilizou a palavra "incidente" ao falar de forma mais direta sobre a própria experiência.

"Eu fui violada, estupro é uma violação"

Falar das consequências psicossociais da sexualização e objetificação das mulheres significa olhar para a forma como normas sociais são incorporadas à subjetividade de cada indivíduo. Isso porque a sociedade dita regras sobre a forma como as mulheres devem se portar. Tanto nos formulários, quanto nas entrevistas, foi percebida uma sexualização precoce das mulheres desde sua infância, principalmente de participantes pretas. Kilomba (2019) aborda como as representações sociais de pessoas negras não se referem a esses indivíduos em si, mas às fantasias brancas sobre a o que deveriam corresponder. Essa noção pode ser complementada pelo fato de que há uma fetichização de corpos pretos (Gonzalez, 2020).

Cecília relatou uma lembrança de ter sido sexualizada quando tinha cerca de oito anos:

E aí, eu fui cortar o cabelo com meu primo, e aí, eu lembro que uma moça me elogiou, que eu era muito bonita, que eu era uma criança muito bonita, né? Que eu não tinha traços de preta, né? Que minha boca não era tão grande assim, que meu nariz era fino. E aí ela falou assim para minha tia: "Mas aí você tem que tomar cuidado, porque são essas que gosta de pegar os maridos da gente". Então, assim, desde muito nova era muito presente essa questão da sexualização e a gente tava falando disso, e eu lembrei dessa história. E aí na hora eu não entendi muito bem o que ela quis dizer, né? Porque eu tinha oito anos [...] Então é algo que eu, enquanto mulher preta, a gente lida o tempo todo assim com essa sexualização. A gente é rotulada, na infância, né? A gente vai crescer e vai virar amante de homem branco, rico, enfim.

Esse trecho evidencia o lugar social destinado às mulheres pretas e periféricas. Kilomba (2019) constrói uma interpretação que ilustra bem esse contexto. De acordo com a autora, a visão da mulher negra como amante que "rouba homens", ao mesmo tempo em que vem de uma construção histórica e do desejo sobre seu corpo, representa aquilo que a sociedade não consegue enfrentar, o corpo da mulher preta e a sexualidade da mulher. Assim, há uma posição dupla ocupada, em que, ao mesmo tempo, se é o objeto de desejo e de medo da(o) Outra(o). Por fim, também é exposta uma triangulação que faz alusão ao complexo de Édipo, em que o homem branco é objeto desejado pela mulher branca e a mulher preta é sua rival (Kilomba, 2019).

Ainda, acerca do ponto da rivalidade entre mulheres diante do olhar masculino, Zanello (2017) cria a metáfora da prateleira do amor, em que mulheres são colocadas em comparação sob a perspectiva do poder de escolha dos homens sobre elas. Aquelas em uma posição privilegiada na prateleira são as que mais se aproximam do padrão hegemônico, ou seja, as mais propensas a serem escolhidas como esposas, sendo elas, geralmente, brancas, magras, loiras e de classe econômica mais privilegiada.

Outro ponto que entra na discussão é a questão de classe, em que mulheres pretas são postas como amantes de homens ricos, como explora Cecília. Ou seja, há uma objetificação dessas figuras que as coloca em um lugar de promiscuidade e oportunismo, em outras palavras, há um julgamento moral das mulheres pretas pelo seu corpo. Aqui se apresenta a ilusão do que seria essa ascensão social pela escolha do homem, isto porque esta não é uma oportunidade de empoderamento ou ampliação das escolhas, mas a permanência de uma lógica de poder do homem sobre as figuras femininas.

Nesse cenário, as mulheres de classes sociais mais baixas aparecem no papel de sedução, mas é importante destacar que, na verdade, a classe é um espaço de maior vulnerabilidade. Esse ponto aparece no relato de Tereza:

Mas quando eu tinha dois anos, minha mãe foi estuprada. [...] Foi um cara desconhecido. Ele entrou, pulou um muro. É como eu disse, a gente não morava, né? Não nasci nas condições que eu tenho hoje. E aí ele entrou com uma faca e foi na minha frente.

Nesse trecho, a participante apresenta que as condições econômicas podem ser um fator de vulnerabilidade e exposição das mulheres a violências. Assim como apontam Rego e Pinzani (2013), a questão financeira dá espaço para que a mulher tenha o poder de escolha. Então, pode-se pensar como essa possibilidade de escolha também é entrelaçada por uma dupla segurança, segurança econômica e segurança contra agressões. A interseccionalidade se evidencia, gênero, raça e classe aprofundam a posição das mulheres na metáfora da prateleira do amor não só como as mais desejáveis, mas também as mais atravessadas por violências.

No formulário da primeira etapa desta pesquisa (Apêndice A), foram utilizadas frases que demonstram essa diferenciação entre as mulheres perante a escolha masculina, sendo elas: mulher tem que se dar ao respeito; existe mulher para pegar e mulher para casar; e branca para casar, mulata para transar, negra para trabalhar. No formulário, as principais opiniões formadas a partir disso foram:

- Para a primeira frase, principalmente a ideia de que todas as pessoas deveriam se dar o respeito. Assim, tiveram tanto olhares sobre como a mulher já deveria ser respeitada, quanto perspectivas de concordância com a necessidade de se dar ao respeito;
- Já na segunda frase, apareceram afirmações sobre como existem apenas mulheres, não fazendo diferenciação a partir de suas outras identidades sociais, bem como ocorreu a sinalização do cenário de rivalidade e comparação feminina. Também, como essa noção enraizada responsabiliza mulheres por violências sofridas. Em algumas respostas a frase foi ridicularizada. Há trechos apontando para questões de raça,

podendo-se citar um específico: “Por que tantos homens ficam com mulheres pretas mas só assumem mulheres brancas?”.

- A última frase foi caracterizada, em geral, como misógina e machista. Um fator que chamou atenção nas respostas foi como as participantes explicitaram sua mobilização quanto a ela, citando nojo, choro, dor, tristeza e até mal-estar físico. Por fim, houve manifestações de auto-agressividade, como: "Gostaria de me matar todas vez que sou apresentada a uma frase com teor semelhante".

É importante salientar que as duas frases apresentadas continham erros gramaticais que foram corrigidos por se entender que não havia possíveis interpretações, pois diziam respeito à linguagem digitada em redes sociais.

Os relatos das participantes demonstram como a hierarquização das mulheres é percebida socialmente e que a junção de racismo e machismo parece também ser amplamente percebida pela maior demonstração de mobilização das participantes. Houve respostas que concordavam com algumas das frases, mas em menor quantidade. Ainda, as manifestações de ridicularização e agressividade podem evidenciar como as mulheres compreendem que o maior respeito pela escolha masculina é ilusório. Isto porque até a mulher mais beneficiada por esse sistema ainda permanece como objeto do homem. A maior questão é que, em todos os cenários, o homem continua exercendo seu poder sobre os corpos e subjetividades das mulheres. Contudo, mulheres pretas sofrem mais com a sexualização, sendo estupradas desde a colonização.

Essa pesquisa, ao ser feita com mulheres, por si só já subentende reconhecer aquilo que a cultura não só coloca como modelo a ser seguido, mas como dever, ligando sua realização à afirmação das diferentes identidades desses sujeitos. Então, analisando a forma como as mulheres são subjetivadas no Brasil, o erótico se torna uma questão estruturante no que tange a quais identidades serão socialmente atreladas a cada pessoa. Além disso, apesar

de não ser o foco deste estudo, é importante pontuar que de forma alguma se nega que esses moldes patriarcais e racistas de comportamento também afetem homens.

Em uma dimensão que talvez possa ser chamada de mais superficial, mulheres são divididas entre putas e puras, conforme mencionava Zanello (2017), sendo "puta" um dos piores xingamentos que se possa receber. Complementarmente, Freud (2015) explora como a culpa é própria da religião judaico-cristã, em que o indivíduo que foge da norma é o "pecador", o culpado que precisa se sacrificar para obter o perdão de Deus. Deus que aqui pode ser comparado ao Grande Outro:

[...] esta alteridade cujo acesso não nos é imediato, já que o fato de estar contaminado pelo simbólico o coloca em uma posição assimétrica, não passível de objetificação e enigmática. (Silva, 2017, p.54)

Conforme Livia Campos e Silva (2017), o Outro é uma estrutura que falta e aponta a falta do próprio sujeito. Daí o paralelo à figura de Deus, essa instância que está fora, não é diretamente acessada, e que denuncia a falta do sujeito. Assim, não é um sujeito que impõe as regras de conduta a mulheres, mas um discurso. É necessário apontar essa construção, pois na cultura e na religião que nega o prazer feminino, o gozo é direito do homem. A mulher pode acessar o sexo, desde que seja na condição de submissão à figura masculina, o que aparece intensamente nas falas das participantes, relativas à sensação de dever de dar prazer aos homens que as estupram ou da impossibilidades de dizerem "não". Joanna aborda isso ao falar sobre como nem sempre conseguia recusar as investidas de seu ex-parceiro:

Eu não estava pronta ainda, não estava com vontade e o problema é que o nosso relacionamento inteiro foi baseado nesse tipo de relação sexual. Eu nunca tinha vontade, só que ele sempre tinha vontade. E aí eu... Era horrível assim para mim, porque eu falava sim para agradar ele. Mas ia contra a minha vontade, então já teve vezes que logo depois que acabou, eu começava a chorar, eu começava a chorar

desesperada [...]. E até em relação ao orgasmo, tipo era aquela coisa assim que servia só o prazer dele.

Em outro momento ela comenta sobre não ter contado para as amigas o que estava acontecendo na época:

Aí dava até esse medo de falar, porque "Ah, será que o problema tá em mim, então? Será que eu estou fazendo alguma coisa errada? Porque comigo não é nada bom".

Sob essa perspectiva, a necessidade de suprir o desejo masculino é colocada como um dever, portanto a objetificação se relaciona com a incapacidade de dizer "não" ou a desconsideração de sua recusa, o que apareceu no relato de todas as participantes. E, para além da objetificação, aqui se mostra como os imperativos neoliberais criam uma exigência de performance do sujeito, sendo o lugar da mulher o de dar prazer. Esse traço, ao mesmo tempo, é assimilado pelas pessoas como exigência pessoal. A sociedade moderna se estabelece pelo desempenho e disciplina dos indivíduos, os quais se tornam vítimas, mas também agressores, pois a assimilação do dever e a autoexigência sequer chegam a ser percebidas ou questionadas pela pessoa que satisfaz essa ordem de performance (Han, 2015).

Ainda, a segunda fala da participante destaca um elemento importante para a discussão: a culpa. Ela representa uma assimilação do superego, em que o sujeito se depara com sua própria falta, se vendo em dívida com o ideal de eu (Freud, 2011), que cai diante do aparecimento da própria falta evidenciada por esse Outro (Silva, 2017). Ou seja, a culpa é a posição de não necessariamente deixar de seguir as regras que vem do outro, mas tomá-las em sua psique de forma a ele próprio se fiscalizar. Lacan afirma que a culpa vem do sujeito que nega, trai, seu próprio desejo (Gaspar, 2007).

Nos formulários, a maior parte das mulheres disse que vivenciou sua sexualidade sozinha, poucas citam se houve uma conversa com membros da família e algumas citam conversas com amigas. Aqui, pode-se abrir espaço para abordar o não dito, ou seja,

apresenta-se a hipótese de que ao não ser nomeada, a sexualidade feminina ocupa um lugar de falta e sua vivência se estabelece enquanto transgressão da norma social que as coloca à margem. Em outras palavras, a sexualidade feminina entra no campo do Real (Dias, 2006), o que não pode ser simbolizado e fere o princípio de moral relativo a mulheres (Kehl, 2017). Algumas respostas citam a vergonha ao explorarem a própria sexualidade, e nas entrevistas foram evidenciados os perigos de não se falar sobre sexualidade, assim como sobre violência sexual, podendo-se ressaltar a frase de Bêa:

Que assim, porque a história que contam pra gente é: andar de noite no meio da rua e ver um cara vindo na sua direção, ele te pegar, te levar para um canto, rasgar sua roupa e fazer o que quiser. E isso é uma des... Descrição de estupro. Mas, não, eu acho que o que eu passei se relaciona com isso também. Eu fui violada, estupro é uma violação.

A naturalização de certos comportamentos representa um recalque social do estupro, um recalque no sentido de compreender o que ele é e como isso permite uma continuidade do ato. Quatro das cinco mulheres entrevistadas apenas perceberam que haviam sido estupradas quando conversaram com outras mulheres sobre o assunto. As participantes sabiam que algo de errado estava acontecendo quando os atos ocorriam, mas algumas ainda têm dificuldade de entender isso, sendo que um dos motivos citados para explicar a ocorrência desse processo é a forma como o estupro é visto socialmente. A falta de diálogo sobre isso abre espaço para que apenas os casos absurdos sejam validados e os estupros que se diferenciam deles sejam negligenciados, mesmo que não deixem de marcar a subjetividade das vítimas.

Além disso, mais do que um dever ao outro, o estabelecimento do corpo feminino como objeto de prazer também o coloca em uma posição de tamponação do próprio desejo. Ou seja, não é que ali não existia uma vontade de prazer sexual, todas as mulheres entrevistadas já tiveram relações sexuais prazerosas. Mas a própria desconsideração de seu

desejo de não querer naquele momento já as tira da posição de sujeito. E, como objeto desse outro que se impõe, as mulheres são cerceadas do seu próprio prazer. Não falar da sexualidade das mulheres apaga seus prazeres, mas também as violências, por isso a fala de Bêa dá título a essa seção, pois ela demonstra como é preciso um entendimento do que é violação, do que é violência, para se falar de estupro, uma vez que ele nunca é algo isolado, é preciso nomear para conversar sobre isso.

"É uma coisa que ainda meio que me persegue"

A frase que dá título a esta seção foi dita pela participante Joanna, ao falar sobre os estupros que sofreu em seu antigo relacionamento. A construção da frase e a conjugação do verbo no presente introduz exatamente a dimensão do trauma, o qual apresenta como característica um afrouxamento da dimensão temporal da violência para além do momento imediato do ato. Isso porque, de acordo com a teoria do trauma de Freud, situações que geram um excesso de energia psíquica são recalçadas e, posteriormente, são repetidas em diferentes contextos que de alguma forma remetam àquele original, com o intuito de serem elaboradas (Freud, 1990). Joanna falou sobre perseguição mais duas vezes em sua entrevista, citando como tinha medo de que o ex-parceiro fizesse isso com ela, e ao narrar o conteúdo de sonhos que teve por cerca de um ano após o final do relacionamento:

Eu fiquei assim, acho que um ano, às vezes ele aparecia muito nos meus sonhos, muito. E era sempre um sonho de eu me esquivando dele, eu tentando fugir dele e ele me perseguindo. Aqui, assim, fisicamente mesmo, andando aqui na rua e ele andando atrás de mim e eu não conseguindo correr, tentando fugir desesperada, não conseguindo. Era sempre sonho assim, ele tentando me contatar, tentando me chamar, tentando vir atrás de mim, e eu tentando escapar toda hora. E é sempre o mesmo sonho, sempre aquela mesma coisa.

O trecho relatado é um exemplo de como o sonho, para além de sua característica de concretização dos desejos, pode ser uma forma de realização da angústia, em que o recaiado aparece (Freud, 1920). Nesse trecho, há a reencenação da cena traumática, em que a participante tenta fugir do ex-parceiro, mas não consegue. É possível perceber como esse mecanismo permite o contato repetido com o conteúdo do trauma, mas de uma forma que seja viável para psique, se encerrando no momento anterior à violência em si, no qual a participante afirma que não consegue escapar, mas o homem também não consegue contatá-la ainda. O relato de Joanna se destacou por ter sido o único que exibiu os sonhos como via da repetição, entretanto, a história de todas as participantes foi marcada por duas principais formas de apresentação do trauma: a vivência de novas violências e a sensação de ameaça.

Joanna, Cecília e Bêa foram estupradas pelos ex-parceiros e após as violências permaneceram nos relacionamentos por algum tempo. Nas entrevistas das três, foi pontuado como nenhuma das violências aconteceu apenas uma vez, mesmo que fossem mais comuns em determinado período da relação. Esse ponto permite explorar como o recalque da situação traumática permite que ela ainda aja como um corpo estranho na psique do sujeito, independente de ter acontecido mais de uma vez. Quando questionada sobre as formas com as quais lidou com os estupros, Cecília respondeu:

Eu estou pensando agora o que você tá me questionando, mas assim, não... Estratégia foi guardar mesmo, fingir que nada aconteceu. Tanto fingi que eu fiquei mais dois anos com a pessoa, né?

Uma fala semelhante foi dita por Bêa:

Só que eu fiquei muito em choque com a situação de perceber. "Poxa, realmente eu acho que eu sofri abuso". [...] Poxa, eu chorei bastante, porque pô, como é que eu passo dois anos da minha vida com uma pessoa dessa?

A característica de afastamento do trauma e do não reconhecimento daquilo como violência também permitiu que os contextos se repetissem na vivência das participantes. Ou seja, essas situações que permaneciam não nomeadas, que na época ainda não eram reconhecidas como estupro, permitiam uma carga de estranhamento, um corpo estranho, ainda não elaborado e que se repetia. Exatamente por ser um traço do trauma, o cenário não se cerceou necessariamente a situações de violência, como visto na experiência de Joanna ao discorrer sobre suas relações sexuais:

Sim, tipo, eu acho que não todas as vezes, mas a maioria das vezes que eu vou ter uma relação sexual acaba assim... Não sei, inconscientemente lembrando disso, é uma coisa que às vezes vem na cabeça assim tipo, tipo, como um flash, sabe?

Ou seja, a repetição não se coloca pela reencenação literal de uma situação, nem sequer necessita das mesmas pessoas presentes. Essa contraposição das falas demonstra que mesmo que sejam citados contextos semelhantes - no caso, do ato sexual, aqui independente de ser estupro ou não -, os contextos em que ele ativa a memória de algo traumático tem mais a ver com os mecanismos psíquicos da pessoa.

A repetição nos casos, de forma alguma, quer dizer que as mulheres de maneira deliberada escolheram permanecer nessas relações por prazer. A questão da repetição aqui abordada diz respeito a como os estupros sofridos após a primeira violência sexual podem representar, para o aparelho psíquico, uma forma de entrar em contato com o trauma original, para que seja elaborado. A repetição por meio da violência, mais do que uma responsabilização das vítimas, acontece por conta de um funcionamento subjetivo e outros eventos de suas vidas (Chagas & Moretto, 2013).

O caso de Eduarda permitiu perceber uma dimensão simbólica envolvendo a repetição no campo sexual, para além do sexo em si. A participante conta que, quando tinha 5 anos, seu primo, usuário de drogas, tentou penetrá-la pelo ânus. Ela relata ter sentido dor, mas frisa que

ele não conseguiu abusá-la, isso pode indicar que, talvez, a finalização do ato esteja envolvida no gozo do homem, isto porque a dor pode indicar o início da penetração. Também demonstra como a experiência foi recalcada e atualmente ainda tem seu acesso barrado em certa medida, havendo dicotomias na fala da participante. Ao mesmo tempo em que ela relata ter sofrido um abuso infantil, também diz em outros momentos que ocorreu uma tentativa que não se consolidou. O mesmo acontece com o estupro, o qual ela afirma ter sofrido, mas colocando em aspas, indicando não ser realmente aquilo, mas depois conta que reconhece aquele ato como estupro. As falas da participante se colocam entre assumir e depois negar as experiências.

A violência sexual sofrida por Eduarda já na fase adulta ocorreu exatamente com a penetração pelo ânus e ela questiona que talvez o estupro também estivesse sob o efeito de drogas, assim como seu primo. A participante estava em um relacionamento com o homem e relata que ele já tinha iniciado relações sexuais, por exemplo, tocando em sua perna enquanto ela dormia. Mas esses episódios não são nomeados por Eduarda como estupro, pois, quando acordava, ele ainda não tinha penetrado e ela não chegava a negar, mesmo que estivesse dormindo, inconsciente, no início.

Todas as participantes leram a definição de estupro antes da entrevista, então é significativo que, mesmo que Eduarda tenha tido outras experiências sexuais que podem se enquadrar na categoria da violência, ela apenas nomeie a que mais se assemelha àquela que aconteceu na sua infância. É interessante apontar a singularidade dos processos, pois o mesmo contexto de toque enquanto dormia foi narrado por Bêa, mas ela o caracterizou como estupro, assim como os contextos em que foi coagida e teve penetração.

Ainda, outro ponto a ser ressaltado sobre a experiência destacada é que Eduarda falou para que o homem não parasse de penetrá-la:

Ó, depois que aconteceu o incidente (a penetração) para você ter uma noção, por exemplo, quando a pessoa fez isso, aí eu senti, né? A dor. Aí, depois ele falou assim... Ai, só que depois da dor eu parei de sentir dor, eu comecei a sentir, né? Uma coisinha boa. Vamo falar coisinha boa. Ai a pessoa fez assim: "Você quer que eu tire?", eu disse: "Não". Ai, parece que eu já normalizei, né?

Em outro momento, ela contou:

Quando ele perguntou, quando ele perguntou: "Tira?". Eu disse "Não". E isso é questão de submissão, eu sentia assim um certo prazer. Mas isso não é um prazer sexual, é como se fosse um prazer assim meio masoquista, sabe?

Eduarda complementou que nunca chegou a gozar com esse homem, mas nessa situação e nas que ela estava dormindo, disse que sentia uma adrenalina, algo bom. A continuação do ato parece apontar exatamente aquilo que não foi finalizado em seu primeiro trauma, o que pode ser visto por duas perspectivas diferentes: a primeira de denúncia do abuso sexual sofrido na infância, pela reencenação do ato, contexto explorado por Chagas e Moretto (2013) ao falar da violência em relacionamentos; e o segundo pelo estabelecimento de uma fantasia a partir da comparação entre o estupro e a violência sofrida na infância, na situação em que é adulta, há a penetração e o gozo do homem, assim, a ausência dessas duas características no contexto infantil abre a possibilidade para entendê-la como incompleta, ou seja, permite que a participante realize o desejo de identificar o primeiro abuso como tentativa. Mas a principal interpretação sobre a característica da submissão partiu da própria participante ao falar do abuso que sofreu na infância:

E não relaciono essa questão do meu de gostar de ser submissa a isso, não relaciono não, acho que é uma coisa minha, minha característica.

Ela também relata:

Essa questão minha da submissão, como eu falei para você, eu não acho, não acho, não sei se tem a ver com abuso que eu sofri na infância ou com algum outro tipo de abuso psicológico, ou não sei se tem a ver com a minha personalidade mesmo. Eu não sei explicar, mas eu me atraio assim por questões assim, sabe? Não é coisa de bater, não é isso, eu me atraio por essa submissão, eu não sei explicar o porquê.

Nas falas de Eduarda, afirmações que para a participante parecem ir ao campo do absurdo, trazem a própria narração de um dos funcionamentos de seu mecanismo psíquico. Ao colocar a negação como premissa, a participante permite que o recalcado apareça em seu dizer, mas de uma forma que consiga ser aceita pelo seu ego. Em outras palavras, "negar algo num juízo é dizer, no fundo: 'Isso é algo que eu gostaria de reprimir'" (Freud, 2011, p. 88).

Ou seja, mesmo que esteja negando essa possibilidade, o fato de ter feito a interpretação por conta própria mais de uma vez e na segunda já deixar uma dúvida se haveria alguma relação entre a submissão e o abuso infantil, parece indicar uma via do inconsciente de apontar aquilo que precisa de atenção e vazão. Eduarda fala o que já entende inconscientemente, mas não aceita no campo consciente. A participante ainda pontuou que na infância, caso seu primo pedisse que ela abrisse a boca, ela abriria, que faria o que ele quisesse, pois ainda não tinha noção do que isso significava. Portanto, ela faz questão de ilustrar a posição de submissão que ocupou na infância, o que vai ao encontro do que afirma Geselda Baratto (2009), de que os sintomas partem de uma concordância simbólica com o trauma: "Isso o levou a concluir que, entre o sintoma e os grupos causais traumáticos, se estabelece uma relação associativa produzida por laços de semelhança simbólica" (p.79).

No relato de Eduarda, o estupro sofrido na fase adulta já aparece como um segundo tempo do primeiro trauma sofrido na infância, se diferenciando do vivido pelas demais participantes. Ainda, em seu caso, a cena traumática é retomada não só pelo ato sexual, mas também pela posição ocupada pelo sujeito, o que também acontece com Tereza. A

participante relata que, desde que sofreu estupro pela primeira vez, tem dificuldade de dizer "não", de ser firme e que quando tem que ser, acaba lembrando do ocorrido:

Ah, sei lá, eu tava conversando com a pessoa... Tô numa festa, aí eu tava conversando com a pessoa há muito tempo, e aí a pessoa veio me beijar e eu não queria. Só que aí eu fico me sentindo numa obrigação, porque eu tô conversando há muito tempo, só que eu falo que não. Só que a pessoa também já é mais assim, aí isso me lembra um pouco.

Além de presenciar o estupro sofrido pela mãe quando tinha dois anos, posteriormente, quando ela tinha sete anos, seu padrasto chegou em casa e começou a tentar tirar a roupa da mulher, novamente na frente de Tereza. Dessa vez, ela não chegou a presenciar, pois sua mãe a mandou sair, mas reconhece o que aconteceu. Já na fase adulta, a participante sofreu dois estupros quando tinha entre 19 e 23 anos. O primeiro foi por um homem que conheceu em uma viagem, ao irem buscar algo no quarto de hotel dele, e o segundo foi após uma festa em que estava bêbada.

Tereza relatou que se sentiu culpada nos dois estupros, tanto por ter ido ao quarto de hotel, quanto por ter ficado embriagada. Mas o exemplo que dá de uma situação que a remete aos estupros traz o lugar de obrigação que sentiu na primeira violência, de responsabilização de ter se colocado naquele cenário. Portanto, o contexto citado não diz respeito apenas a dizer "não", mas retoma a ideia de dizer "não" em uma situação em que sente culpa e obrigação. Ou seja, independentemente de estar em um relacionamento com quem as violentou, aparece a responsabilidade de dar o prazer a esse homem e, ainda mais especificamente, de que a mulher teria se colocado, escolhido estar na situação.

Portanto, seria seu dever permitir a continuidade do ato, mesmo tendo expressado inicialmente a falta de vontade ou sequer tendo a possibilidade de expor sua escolha. Essa objetificação do corpo feminino ainda é complementada pela lógica meritocrática de que é

preciso não só desempenhar aqueles que seriam seus deveres, mas garantir sua produtividade (Han, 2015). Em outras palavras, a mulher não só deve realizar aquele que seria seu papel como parceira, mas é importante que o garanta sempre que solicitada. Só que, em contrapartida, ao estar nessa posição, ela é demandada a ocupar esse espaço, e ao mesmo tempo, culpabilizada. Assim, é construída uma relação triangular, ocupada apenas por dois atores, a mulher e o homem, pois o homem é o objeto de desejo da mulher, mas também seu inimigo, aquele que a violenta.

Ainda, na experiência dessa participante, o segundo estupro parece também agir como uma forma de entrar em contato com o trauma do primeiro. Isto porque ela relata que acredita ter se abalado mais com o segundo estupro, o qual ela não se recorda e tem mais dificuldade de reconhecer como violência exatamente por ter estado bêbada no momento. Portanto, parece que os afetos são direcionados para essa situação, a qual pode ser mais fácil para que Tereza entre em contato, exatamente por ela não ter acesso direto a sua lembrança. Uma característica do trauma é exatamente a separação entre afetos e conteúdo representacional (Mello & Herzog, 2009).

Outra forma como o segundo tempo do trauma se dá na vivência das participantes é pela repetição do sentimento de ameaça. Todas elas comentaram como, após serem violentadas, percebem que ficaram mais atentas na presença de homens e em seus próprios relacionamentos. Conforme Cecília afirma:

E eu acho que depois que eu tomei consciência do que eu passei, eu sempre me vejo no lugar mais de defensiva assim com potenciais parceiros e com parceiro assim. Então, não sei se é uma, não sei dizer se é uma ameaça iminente ou se é um receio que eu criei assim, sabe? Em relação a homens de modo geral.

A fala demonstra como esse comportamento torna o trauma do estupro presente na rotina da participante. Esse exemplo desloca o tempo do trauma para três vias: o passado,

pela lembrança do que ocorreu; o presente, pela sensação constante de ameaça; e o futuro, pela perspectiva de que aconteçam novas violências. Ainda, ele introduz uma discussão complexa presente na fala das participantes, as quais entendem que passaram por uma violência, mas se sentem responsáveis, questionando o que poderiam ter feito de maneira diferente. Outra fala de Cecília ilustra esse processo:

E é muito engraçado, porque racionalmente eu sei que não tem nada a ver o que eu tô falando. É um sentimento que eu tenho, né? De que se a pessoa se sentiu no direito e se ele fez o que ele fez, é porque de alguma forma eu passei a mensagem de que ele poderia, sabe? [...] Então acaba que eu volto um pouco para mim assim, né? De tipo, como que eu deixei chegar a esse ponto? Ainda mais que era uma situação que como era um parceiro fixo, eu tive alguns episódios, né? Não foi um caso isolado. Não foi uma vez que aconteceu, foi algumas vezes.

Esses questionamentos, apesar de estarem atrelados aos estupros, remetem também a violências subjetivas sofridas antes deles. No formulário da primeira etapa da pesquisa, as mulheres identificaram formas como são sexualizadas e apontaram como isso as afeta psicologicamente. Dois pontos presentes nas respostas foram mudanças de comportamento e impactos na percepção sobre si mesmas. O dever de se protegerem e a precarização da visão sobre si são condições independentes da ocorrência da violência sexual, demonstrando como a cultura legitima contextos que colocam a mulher em uma posição subjetiva de autojulgamento. A diferença é que antes do estupro, há a ameaça, depois que ele ocorre, há a culpa.

"Tem segredos que a gente tem, que a gente não conta nem para a gente mesmo"

Essa seção será dividida em dois subtópicos: "o segredo tenta se mostrar"; e "o conteúdo do segredo". O relato das participantes em diversos momentos foi envolvido pelo recalque e por outros mecanismos de defesa do ego. Assim, compreende-se que essa

construção precisou caminhar por dois eixos, o primeiro quanto ao reconhecimento desses processos e o segundo relativo à discussão de possíveis elaborações diante dos estúpos vividos.

O segredo tenta ser contado

Os mecanismos de defesa são processos pelos quais conteúdos, que podem de alguma forma representar um perigo ao ego, são transformados ou têm sua intensidade reduzida para garantir a preservação dessa instância da psique (Freud, 1996). Esta pesquisa, por conta de seu tema, fez com que as participantes entrassem em contato com um trauma sofrido, ou seja, com uma situação que produziu o excesso de energia psíquica, processo que pode justamente ameaçar o ego. Portanto, não é de se estranhar que o relato das participantes tenha abarcado algumas dessas estratégias de defesa, o que representou uma dificuldade para o desenvolvimento do estudo, em especial do presente eixo temático. Tais mecanismos de defesa se dão diante de um evento de tamanha contradição que o sujeito suprime da consciência (Freud, 1996). Dessa forma, aqui se explorará três desses recursos psíquicos que foram mais percebidos no relato das participantes: o recalque, a projeção e a negação.

O recalque consiste no afastamento de um conteúdo do campo da consciência. Apesar disso, ele continua fazendo parte da psique do indivíduo, de modo que ainda pode retomar o campo da consciência de diferentes formas (Freud, 2006). Ele pôde ser percebido ao longo de todas as entrevistas e aqui se elencará duas das principais maneiras. O caso mais evidente foi quando as respostas foram cortadas por afirmações como "não sei", ou mesmo realmente interrompidas durante a fala e continuadas por uma mudança de assunto. Esses momentos parecem indicar que o relato tocou em um ponto que a participante ainda não tem pleno acesso, de forma que ele foi afastado de sua consciência e impossibilitado de ser colocado no discurso.

Ainda, aqui se fez questão de evidenciar como cada participante preferiu nomear o estupro, exatamente por essa nomeação já indicar um afastamento do assunto. Portanto, quatro delas optaram por não usar o termo "estupro" em si, sendo que Cecília pontuou que ainda tem dificuldade de entender a violência tal como ela realmente ocorreu. Aqui, o caso de Eduarda se destaca, havendo partes em que esse conteúdo penetra o campo do consciente e outros em que se afasta: a participante nomeia de estupro, mas depois chama de "incidente" o momento em que percebeu a violência. Outro ponto é que ela utiliza o mecanismo de projeção para tocar no assunto, assim, faz referência a outras mulheres para comentar sobre pessoas que não compreendem vivências similares a sua como estupro e conta a história de uma amiga para exemplificar esse contexto.

Esse mecanismo de projeção foi visto também em todos os discursos. Ele corresponde ao processo da pessoa projetar sua experiência em outra, como se não dissesse a respeito a ela (Freud, 2006). Ele ocorreu de diferentes formas, mas em todos os discursos foi possível percebê-lo pela caracterização de uma vivência própria em segunda pessoa. Por exemplo, quando Bêa comenta sobre a violência: "Eu não sei explicar direito, sabe? Parece que não dá para *você* atribuir como aquilo ali aconteceu com *você*. E *você* meio que deixa de lado, sabe?". Ou seja, ela fala como se a vivência fosse de outra pessoa.

Por fim, a negação (Freud, 2011) foi outro processo utilizado para manter a estrutura do ego. No eixo anterior já foi identificada a partir de uma vivência de Eduarda, mas é interessante ressaltar a fala de Tereza, que foi repetida de diferentes formas diversas vezes em seu discurso:

Então, eu acho que é mais isso. Acho que ainda tem um processo de negação em relação a isso, acho que por isso que eu acabo afastando, não sei se isso é, acaba sendo bom, porque acaba que eu não sinto nada, né? De alguma forma, de algumas coisas. De não sentir como... Não sei se... Se inconscientemente isso me traz alguns

traumas, alguns bloqueios, mas pelo menos na superfície, parece que tá tudo bem.

Então, não sei, mas eu acho que é só isso assim, não sei se tem mais coisa.

Ou seja, aqui, a participante introduziu dois dos mecanismos de defesa comentados.

Primeiro, ela coloca que afastou o conteúdo e interrompe seu discurso pela afirmação de que não sabe. Mas também há um processo de negação, em que ao negar, ela reconhece que, talvez, o que ela diz não seja a realidade. Contudo, ainda assim, não se consegue penetrar o inconsciente.

Essa introdução foi necessária exatamente porque sem essa interpretação não seria possível desenvolver o estudo. Isto porque, enquanto as participantes parecem ter mais facilidade de reconhecer a sexualização da mulher, e a interpretação dos tempos do trauma ter sido possível pelos seus relatos, a forma como o conteúdo foi inscrito em sua psique parece ser um processo que elas têm maior dificuldade de acesso.

O conteúdo do segredo

O momento em si da violência se coloca como um furo nos sujeitos, em que o sentimento e a realidade parecem descompassados diante da violação que ali ocorre. Aqui, faz-se necessário colocar como cada participante relata ter se sentido ao ser estuprada ou ao perceber o momento como estupro:

Joanna: Então, no momento da relação sexual, eu nem fazia questão de focar ali, no presente, né? Então, sei lá, eu tava pensando. Não sei minha cabeça, ia longe, sabe? Só para não pensar no que estava acontecendo ali agora. Ai ficava pensando na vida, ficava pensando nas minhas coisas, só para... [...] Era tipo isso, era como se eu escapasse assim, realmente para não vivenciar aquilo.

Cecília: Eu acho que, acho que foi essa estratégia mesmo assim de, talvez, eu trouxe assim para uma pessoa de confiança, que é essa amiga minha. A gente conversou ali, eu guardei na caixinha e foi isso, vida que segue, não vou ficar pensando muito nisso.

Não... E é até engraçado que assim, é uma coisa que eu realmente não penso assim sobre, não penso na, nas consequências. Eu estou pensando agora que você tá me questionando, mas assim não... Estratégia foi guardar mesmo, fingir que nada aconteceu. Tanto fingi que eu fiquei mais dois anos com a pessoa, né? Então assim, eu realmente guardei na caixinha e fingi normalidade.

Bêa: Ah não, que assim, enquanto né... Nessa situação de que eu dormia e ele ficava passando a mão em mim, enquanto ele passava a mão em mim, eu ficava pensando: "Será que eu finjo que eu tô dormindo ou acordo para falar: 'Não, ei, você tá passando de um limite, eu não quero isso". E, assim, eu optava por fingir que tava dormindo e uma hora ele parava. E aí, eu meio que acordava para ir no banheiro e ficava lá no banheiro assim meio que... que em choque. Não passava nada na minha cabeça assim, eu ficava só olhando para o nada uns 10 minutos. [...] Era um vazio, era uma sensação assim, de desassociação mesmo, sabe?

Tereza: Essa outra vez, é isso, é engraçado, porque às vezes eu tenho alguns processos que são assim com situações difíceis, mas é como se eu tivesse, sei lá, se fosse, é como se eu conseguisse analisar essa situação como se não tivesse sido eu, sabe?

Eduarda: É como se falasse assim, é por exemplo, não sei explicar, agora você me pegou, não sei explicar. Eu sei que foi errado, eu sei que foi um ato violento. Mas, eu não vejo como uma coisa tão agressiva. Eu não vejo como uma coisa tão condenável. Por que que eu não vejo? Não sei? (Sobre ter dito que, no momento do estupro, entendeu que o homem tinha um certo direito de ter cometido a violência)

Foi necessário citar todos os exemplos, pois o discurso das participantes de forma alguma se repete, mas sim a posição de não pensar ou não ter contato com aquilo no momento, de quase ser algo que não as implicava. Os relatos indicam que há um perfuração na psique pela angústia que rompe o estado de cada participante, assim, é constituída a

situação do desamparo. O desamparo representa o contato agressivo com o desejo do Outro, que constitui um enigma para o sujeito (André, 2001). O Outro é um lugar ao qual o indivíduo não tem acesso, representa o próprio inconsciente (Silva, 2017). E diante disso, que não se pode ter contato, é que o sujeito constitui a sensação de ameaça, a consciência da incapacidade de se proteger (André, 2001).

Pensando a partir da última sentença, fica clara a relação entre a forma como as participantes repetem situações de ameaça após os estupros, como descrito na seção anterior deste texto. Mas, para além disso, esse desamparo é aquilo que fura a capacidade elaborativa e que as coloca na posição de impotência diante do que racha. Impotência é a palavra usada por Tereza para descrever como se sentiu. E, pegando a própria etimologia da palavra, impotência remete à incapacidade de fazer, talvez, um reconhecimento de que independente de suas ações, a participante não foi capaz de evitar a violência, sendo destituída de poder diante de quem a violou.

Ou seja, no próprio momento do trauma já acontece uma tentativa de afastá-lo da consciência, em que as sensações corporais são separadas do conteúdo em si, há uma despersonalização, a qual se dará também em momentos posteriores. Mas, antes de entrar nesse campo, é interessante como Freud (Mello & Herzog, 2009) explora a questão da divisão entre afeto e representação no recalque pelo processo de defesa do ego, só que nessas situações, talvez na divisão não entre o afeto exatamente, porque ainda não há. Em outras palavras, a violação do corpo também se dá no campo psíquico e sua erupção sem previsões, a partir desse desejo enigmático do outro, bem como o excesso da energia proveniente, podem não permitir sequer uma atribuição de sentimentos, mas a emergência de excluí-lo, eles não são assimilados à psique, passando por um recalqueamento.

Os relatos de Joanna e de Bêa expõem esse processo, pois demonstram como isso pode acontecer no momento do ato ou quando esse conteúdo tenta entrar no campo

consciente. Enquanto no caso de Joanna, ela já percebe que aquilo é uma violação por ter negado, mesmo que ainda não entenda como estupro, a experiência de Bêa abre espaço para uma dúvida, como é evidenciado ao haver a contraposição entre a sua experiência e a de Eduarda. Bêa sente um confronto interno entre negar ou permitir aquilo que já começa sem sua escolha. Quando o homem para e também termina esse confronto interno, ela vai até o banheiro e experimenta esse vazio, esse afastamento da possibilidade daquilo entrar na consciência.

É importante explorar a experiência do vazio que Bêa descreve, mas que aparece de alguma forma nas citações de todas as participantes pelo afastamento da violência como algo externo à sua psique. Diante de uma alusão entre catástrofe e trauma, é possível explorar o caminho entre o imediato do evento e o posterior:

Da reflexão sobre a impossibilidade de representação da catástrofe, uma vez que o real está todo ele impregnado por essa catástrofe, passou-se a uma condenação da representação de um modo geral: toda representação envolve um momento imediato (a intuição) e outro mediato (a articulação conceitual) que traz consigo o lado universal da representação (Seligmann-Silva, 2000, p. 75).

A vivência entra no campo do Real (Dias, 2006), daquele que é irrepresentável e que fura o campo da linguagem. Ou seja, Joanna e Eduarda narram o momento imediato, em que se vive a intuição, enquanto as demais participantes exploram o que ocorre posteriormente, em que não há possibilidade de representação da cena traumática. Memória e esquecimento andam juntos, em que a linguagem passa pela recordação dos eventos desprovidos de afeto, não há uma ligação subjetiva àquilo que se destaca. O trauma representa uma marca, que apesar de presente, está no campo do Real, aquilo que não é passível de ser assimilado (Baratto, 2009).

Para desenvolver esse processo pode-se lançar mão do conceito de clivagem que aparece na obra de Freud, mas aqui será explorado a partir da ótica de Ferenczi, como apresentada por Jôse Lane Sales, Regina Herzog de Oliveira e Fernanda Pacheco-Ferreira (2016). Ferenczi constrói uma cena em que a criança sofre uma violência sexual por parte de um adulto e tenta contá-la, mas é reprimida por outro adulto a quem tenta contar. Assim, ocorre uma divisão da psique da vítima como forma de suportar o evento irrepresentável, uma defesa. Ainda, nessa cena, a criança é levada pelo princípio da ternura, em que não consegue conciliar os afetos acerca do adulto que a violentou, assim, passa por um processo de introjetá-lo, de identificação, em que assimila para si a culpa do adulto. A psique da criança é dividida entre duas posições que não se comunicam, a da inocência e a de culpa (Sales, de Oliveira & Pacheco-Ferreira, 2016). Há uma tentativa de se manter a ternura retirando a violência daquele que furou sua subjetividade.

Pensando na experiência das participantes, Eduarda talvez seja a que mais se assemelha a tal cena. Ela afirma que não contou a ninguém sobre o ocorrido quando criança por acreditar que aquilo envolveria um conflito na família. Ou seja, aqui há a figura dos adultos que reprimem o seu contar, mesmo que não diretamente. Ainda, a participante cita que se considera bissexual por ter esse olhar de malícia dos homens, havendo uma identificação com esse que a violentou. Nesse tocante, a falta de representação dos afetos também aparece mais evidente pela violência ter sido provocada por alguém da família.

A explicação do nome utilizado pelas participantes na pesquisa para além de uma caracterização também é uma ferramenta de análise. No caso de Eduarda, ela relatou que esse era um pseudônimo relativo a um contexto específico, mas que por anos usava nomes falsos em suas redes sociais, mudando-os com frequência. Ela comentou acerca desse assunto, que "quando a gente cria um personagem, a gente foge um pouquinho da realidade às vezes, né",

marcando, portanto, a fuga da realidade, mas que precisaria de maior aprofundamento sobre o tema para ser relacionada à violência sexual sofrida na infância.

Assim, a própria experiência talvez introduza o motivo de sua dificuldade de entrar em contato com os sentimentos e a experiência subjetiva do estupro sofrido. A partir dessa lógica, a violência sofrida na infância acontece sobre uma estrutura originária de sua psique. Em outras palavras, é passível de pensar que o acesso aos conteúdos relativos ao estupro ocorrido quando adulta é um processo difícil exatamente por se relacionar à violência sofrida na infância e a clivagem ter ocorrido sob o desencontro com um objeto primordial, o que a permitiu operar de maneira rígida (Mello & Herzog, 2009).

A partir dessa interpretação, é possível pensar como, na experiência das outras participantes, a clivagem não fez parte de sua estrutura originária, assim, permitiria um acesso maior à perspectiva subjetiva do ato, mesmo que ele permaneça no campo do irrepresentável. Mas, diante dessa constatação, é necessário formular como a cena traumática, construída por Ferenczi (Mello & Herzog, 2009), se daria já na fase adulta. Aqui, se frisa que não se trata de nada além de uma tentativa e interpretação para que se dê o desenvolvimento do trabalho, de forma alguma havendo o intuito de encerrar o assunto que deve ser mais elaborado em outras pesquisas.

Então, na cena há três atores, o agressor, a vítima e aquele que reprime seu discurso. Primeiro, pode-se pensar que, por não estar mais na infância, a própria mulher pode ocupar o espaço de adulto que interrompe seu discurso, isso porque ela já pode agir de acordo com a introjeção do superego. Então, talvez, para além do estupro, é necessário defender-se da agressão que ela própria se aflige ao não permitir sua representação. Além de que a identificação com o agressor é vista pela culpa sofrida, como se ela própria tivesse se posto deliberadamente na situação do estupro, a responsabilidade seria dela.

Logo, tanto no momento em que a violência ocorre quanto depois, as participantes lidam com as experiências se afastando subjetivamente das situações, ocorrendo uma divisão de seu ego. Todavia, parece haver uma diferença entre esses dois contextos, pois no período imediato em que o estupro está acontecendo, a divisão parece se dar entre as sensações corporais e os processos psíquicos. Já no cenário posterior, há a separação entre afeto e processos psíquicos. Essa forma de lidar com o trauma pelo afastamento pode ser ilustrada da seguinte forma:

Nesse sentido, sob a ameaça de colapso do psiquismo e sem esperança de respostas abonadoras, o sujeito se decompõe e, nessa medida, “divide-se num ser psíquico de puro saber que observa os eventos a partir de fora, e num corpo insensível” (Ferenczi, 1990, p.142). (Mello & Herzog, 2009, p. 71)

Ainda sob esse contexto, é interessante trabalhar o momento em que as participantes percebem o que ocorreu. Quanto a isso, Joanna relatou:

E aí, foi horrível, eu tinha cada vez mais lembranças ruins dele, a gente já não tinha terminado de um jeito legal, eu tinha muito medo dele.

Aqui, é válido trazer a questão da incapacidade de representação que pode ser atrelada ao trauma. Ou seja, apesar de falar do que ocorreu, o discurso também abre espaço para pensar como essas memórias não são uma réplica do vivido, mas já passaram por um crivo que permitiu que a participante entrasse em contato com o conteúdo tirando seu "horror" como forma de proteger a constituição psíquica (Maldonado & Cardoso, 2009). Portanto, o discurso é uma apresentação da cena a partir da fantasia que encobre aquilo que é destruturante, pois o trauma não foi inscrito, elaborado, pois o que a participante traz é apenas a parcela suportada daquilo que aconteceu.

Ainda, o sentimento que mais parece prevalecer é a culpa, a qual, como dito na primeira seção, envolve aspectos culturais, mas não apenas isso, existe ali um sujeito que

atribui significado a ela, que a usa para indicar algo. Mesmo que a culpa paralise, ela não é um significante que se encerra por si. Na experiência das participantes, ela também aparece na atitude de constantemente estarem alertas e de questionarem o que poderiam ter feito para que as primeiras violências não acontecessem. Foi uma incapacidade de se posicionar mais veementemente, mesmo já tendo negado? Uma possibilidade de não ter subido em um quarto de hotel? Ou até não ter sido uma criança com um "corpo de mais idade"?

A culpa aqui aparece exatamente indicando a falta, a incapacidade de ter feito algo para evitar o estupro. É apontada uma falta do sujeito que o paralisou, em que ali não havia o que fazer diferente. Mas ela também caminha para um sentido de tentativa de suprir essa falta pela vigilância constante, a tentativa de garantir que aquilo não aconteça novamente. Ou seja, a repetição da sensação de ameaça, a vivência desse segundo tempo do trauma, em que a violência sexual permanece viva na rotina das mulheres, parece apontar para uma elaboração pela possibilidade de fazer aquilo que não se pôde na primeira vez. Bêa discorre sobre o fato de que não consegue ficar sozinha com homens em uma sala e isso tem afetado sua vida pessoal, por exemplo, tendo desistido de clinicar como psicóloga por não se sentir mais à vontade com todas as pessoas. Logo, o que a participante coloca é o estabelecimento de um sintoma diante dessa condição constante de ameaça.

Contudo, existe uma dualidade entre a posição ativa de tomar precauções e a paralisação pelo afastamento de lembranças. A culpa, ao mesmo tempo em que mantém a memória dos estupros viva, a afasta. A sensação de ameaça permite que as violências se mantenham presentes nas experiências da participantes, possibilita que haja contato com elas, mas sem haver um acesso direto ao conteúdo das lembranças do estupro, de forma a manter a integridade dos processos psíquicos. Como aparece nas entrevistas, a principal estratégia subjetiva para lidar com as violências foi tentar esquecer-las, pois afirmá-las, de alguma

forma, implica essas mulheres. Como dito por Cecília, as inclui no grupo de pessoas que sofreram violência sexual:

Não contar é não fazer parte dessa estrutura, não ter essa experiência nesse lugar assim. Que de alguma forma traz um conforto, mas é um conforto falso, né? Que a verdade é outra. Eu acho que não falar é, não ver, não, não se sentir parte de algo ruim assim, de algo dolorido.

Como em um ciclo, nessa própria estratégia é que a compulsão à repetição continua presente, na tentativa de elaborar o que nem sequer pode ser representado. A culpa pode aparecer como uma via de representação diante daquilo que não pode ser nomeado. Ela barra a responsabilização, no sentido de não permitir a resposta ao ocorrido a partir do lugar de vítima que é ocupado. Não fazer parte também pode fazer alusão a não ter feito parte do momento. Assim, a culpa que pode negar ou esconder os sentimentos envolvidos durante a violência também pode suprimir a posição de sujeito das participantes. O conforto é falso, de não reconhecer as complexidades envolvendo o ato, como o do prazer carnal de reações do corpo em contraposição à violência psicológica de ser violada.

De forma significativa, a fala, a participação na pesquisa, é apresentada como uma via de elaboração. Seja por uma fala mais evidente, seja por um apontamento de como certas coisas ditas nas entrevistas nunca tinham sido contadas para mais ninguém. Assim, a pesquisa aparece apenas como uma iniciativa diante das possibilidades das participantes elaborarem o vivido, afinal, a fala não significa necessariamente uma implicação.

Ainda, é importante ressaltar como a fala das participantes não só as coloca no espaço de vítimas, mas dá o nome de "estuprador" aos homens com quem se relacionaram. Isso também representa uma dificuldade ao conseguirem nomear o que aconteceu, pois aparece algo que talvez fuja à explicação, pois a narrativa social pauta o estuprador como alguém que

não faz parte do convívio social e não permite a representação de todos os homens como potenciais abusadores (Sousa, 2017).

Ou seja, o estupro carrega um traço de irrepresentável e a questão de uma complexidade do vivido de maneira que talvez não seja suportável para essas mulheres. Por exemplo: como pensar a própria posição ativa de sujeito nas vivências de violência, mas entendendo que isso não retira o espaço de vítima e nem corresponde a uma culpabilização? Portanto, a memória parece ser um artifício que protege as mulheres, pois mesmo que entrem em contato com o assunto, após isso as consequências saem de sua consciência. Tereza representa esse processo ao contar sobre quando relatou para o seu namorado sobre o primeiro estupro que sofreu:

E por incrível que pareça, eu lembro de contar, mas eu não lembro da conversa toda, porque parece que minha memória também apagou algumas coisas.

Assim como a ideia de que pode-se reconhecer a violência, mas não o estuprador, Tereza fala sobre narrar o que aconteceu, mas sem ter memórias disso. Há uma ideia de entrar em contato, mas sem que isso aconteça de forma articulada, Baratto (2009) explora isso:

[...] o que é perdido pela memória consciente não são os eventos, por mais penosos que eles possam se revelar; o que o sujeito perde pela ação do recalçamento são os fios de articulações lógicas que se estabelecem entre os sintomas manifestos e as cadeias de representações do desejo inconscientes. Em suma, o sujeito é incapaz de relacionar os atos de sua vida cotidiana com os pensamentos inconscientes que neles se produzem (Baratto, 2009, p. 84).

Em outras palavras, de certa forma é possível para as participantes lembrarem de ter sido estupradas, mas sem de fato entrar em contato com os significados dessa violência. Assim, esse contexto parece indicar para um reconhecimento parcial, que ao mesmo tempo em que abre espaço para que as participantes elaborem o vivido, ainda as mantém em um

estágio em que não conseguem entrar em contato com os significantes provenientes da situação. A própria psique caminha para a elaboração, mas ainda mantendo sua estabilidade.

Aqui, é interessante fazer um paralelo com o conceito de neurose cultural brasileira introduzido por Lélia Gonzalez (2020), fazendo alusão ao processo em que o neurótico oculta os sintomas, pois isso permite certas proteções a ele, como de não entrar em contato com o conteúdo recalcado. Ou seja, é interessante pensar como a posição de vítima parece introduzir uma identidade para a participante que não quer assumi-la. Assim, não falar representa uma forma de se manter protegida superficialmente e não assumir um espaço de mulher estuprada. Mas também permite a manutenção de um *status quo* em que o homem não é colocado como estuprador por não se tratar de um caso que se aproxima do absurdo. Dessa forma, o afastamento é indicado como a principal maneira das participantes manejarem o trauma, impedindo que ele penetre o campo do consciente. Dessa forma, o estupro ocupa o espaço do irrepresentável, se relacionando à frase de Eduarda que é título desta tópico do texto, há segredos que as mulheres não contam (ou não conseguem contar) nem para si mesmas.

Considerações finais

O estupro é uma experiência que se estende para além do ato. Este trabalho expôs como essa violência se dá dentro do contexto da cultura do estupro entrelaçada por diferentes formas de opressão, em especial, o machismo, o racismo e a desigualdade econômica. Assim, o objetivo de investigar os impactos psíquicos do estupro foi atingido, bem como pôde-se discutir acerca da sexualização da mulher, do trauma e das formas de elaboração da violência vivida.

As violências de cunho sexual foram entendidas como algo anterior ao ato, pela forma como mulheres são objetificadas na sociedade, havendo impactos simbólicos antes mesmo de haver o estupro. Assim, foi possível analisar como há a repetição de contextos que de alguma forma se relacionam ao estupro, à cena traumática original, e que agem de maneira

a permitir a elaboração do vivido (Freud, 1920). Um ponto interessante neste processo foi a possibilidade de uma repetição de posições subjetivas ocupadas durante a primeira violência (Baratto, 2009), como a de submissão. Ainda, foi possível trabalhar o estupro como a primeira cena traumática, bem como, em um dos casos, já como parte do processo relativo a uma violência sofrida anteriormente.

Outro ponto evidenciado foi a dimensão do tempo do trauma, como Freud (Freud & Breuer, 1893) explica, o trauma não ocorre na situação em si, mas após, com um cenário que remete a ela, através da recordação. Essa afirmação se dá diante da situação de que as participantes, apesar de já entenderem que havia algo de errado nos momentos de estupro, apenas percebiam a dimensão do traumático ao falar sobre o que viveram, quando entravam em contato com a agressividade da violência. Esse contexto foi atravessado pela perspectiva da naturalização de agressões pela sexualização da mulher na cultura e pela dificuldade de se nomear os homens como estupradores, assim prejudicando a identificação do estupro.

Ainda, foi explorada a necessidade de afastamento do estupro como forma de defesa da própria psique, ao mesmo tempo em que se fala sobre ele também como forma de elaboração. Assim, pôde-se pensar na complexidade do assunto e na dimensão de acesso parcial ao inconsciente, levado pelo princípio do prazer, de permitir a permanência da coesão psíquica da vítima. E como a compulsão pela repetição fura essa lógica e não permite a permanência desse processo.

É necessário pontuar o irrepresentável da experiência do estupro que perfura a subjetividade do sujeito. O trauma coloca as participantes em contato com a própria angústia e no espaço do desamparo. É importante destacar o papel da clivagem na experiência das participantes, a qual teve que ser interpretada no contexto das cenas que ocorreram na fase adulta. Dentro desse processo, também há a dificuldade de contato com o prazer e com o próprio desejo, dividido entre o carnal e o psicológico, que as freia e causa choque.

A dificuldade de interpretação do discurso das participantes se dá diante dos mecanismos de defesa do ego. Portanto, para além de sugerirmos futuras pesquisas, é interessante a realização de mais de uma entrevista, o acompanhamento das participantes por mais tempo, como forma de acessar novos conteúdos e talvez até manejar as defesas.

Também sugere-se que a culpa seja um ponto central de futuras trabalhos, pensando-se em sua presença antes do ato, relativa à própria moralidade feminina, durante o estupro e após a violência. Ainda, o tema pode ser abordado de forma mais complexa, entrando nas experiências de estupro corretivo com a população LGBTQIAPN+, o estupro de homens e o estupro marital.

Ao final desta pesquisa, é preciso reconhecer que o estudo se encontrou com o campo do irrepresentável, exatamente por essa ser uma das características da experiência do estupro. Assim, o esforço diz respeito a colocar em evidência uma violência que se perpetua pelo tabu e que se inscreve na história de tantas mulheres. Ainda, é fundamental explorar os caminhos para elaboração do ocorrido, o que aqui apareceu principalmente pela fala. Portanto, é necessário ouvir mais as mulheres, sem ultrapassar seus limites, sem sentir pena, sem procurar culpá-las, mas ouvi-las como sujeitos de suas próprias vivências.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial Ltda.
- Alves, S. (2020). Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>.
- André, J. (2001). Entre angústia e desamparo. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, 4, 95-109.
- Araújo, E. (2002). A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In *História das mulheres no Brasil* (pp. 45-77).
- Baratto, G. (2009). A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 74-87.
- Baumel, C. P. C., Guerra, V. M., Garcia, A., & Rosário, A. G. (2020). Consumo de pornografia e relacionamento amoroso: uma revisão sistemática do período 2006-2015. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-19.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo, SP, Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27.
- Bourdieu, P. (2019). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Candido, M. (2018). *Como o Brasil se tornou líder no consumo e produção de pornô transexual*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/09/15/como-o-brasil-se-tornou-lider-no-consumo-e-producao-de-porno-transexual.htm>.

- Carrança, T. (2022). *Qual o futuro do bolsonarismo após derrota na eleição?*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63439014>.
- Chagas, L. F., & Moretto, M. L. T. (2013). A violência sexual e a repetição: a importância da função do segredo para a clínica psicanalítica e o tratamento na instituição de saúde. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 16(2), 54-72.
- Dias, M. D. G. L. V. (2006). O sintoma: de Freud a Lacan. *Psicologia em estudo*, 11, 399-405.
- Federici, S. (2019). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Ferreira, M. C. L. (2005). Linguagem, Ideologia e Psicanálise (Langage, idéologie et psychanalyse). *Estudos da Língua (gem)*, 1(1), 69-75.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Anuário brasileiro de segurança pública 2022*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>.
- Foucault, M. (2020). *História da sexualidade I*. Paz & Terra.
- Freud, A. (2006). *O ego e os mecanismos de defesa*. (Francisco Settineri, trad). Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1936).
- Freud, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise 2. In *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* (pp. 193-203).
- Freud, S. (1920). *Além do princípio de prazer*. L&PM Editores.
- Freud, S. (1996). As neuropsicoses de defesa. In J. Strachey (Ed, & J. Salomão, Trad), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 3, pp. 49-77). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1894).

- Freud, S. (2011). *Obras Completas Vol. 16: " O Eu e o id", " Autobiografia" e outros textos*. (Paulo César de Souza, trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2015). Atos obsessivos e práticas religiosas (P. C. d. Souza, trad.). In S. Freud. *Obras completas: Delírio e os Sonhos na Gradiva, Análise da Fobia de um Garoto de Cinco Anos e Outros Textos*. (Vol. 8, p. 300-313). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Original publicado em 1907).
- Freud, S. (2016). *Inibição, sintoma e medo*. (Renato Zwick, trad.). Porto Alegre, RS: L&PM. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S., & Breuer, J. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: *Estudos sobre a histeria* (pp. 43-59).
- Freud, S. (1990). *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia, G. (2022). *Projeto de lei diz que Mari Ferrer mentiu em denúncia; advogado repudia*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/09/19/mari-ferrer-advogado-p-projeto-de-lei-falso-crime-estupro.htm>.
- Gaspar, T. R. (2007). O sentimento de culpa e a ética em psicanálise. *Psychê*, 11(20), 47-65.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Gregolin, M. D. R. V. (1995). A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*.
- Haje, L., & Chalub, A. (2022). *Projeto agrava pena para comunicação falsa de crime contra a dignidade sexual*. Agência Câmara de Notícias. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de

<https://www.camara.leg.br/noticias/898831-projeto-agrava-pena-para-comunicacao-fa-lsa-de-crime-contra-a-dignidade-sexual/>.

Han, B. C. (2015). *Sociedade do cansaço*. Editora Vozes Limitada.

hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

Kehl, M. R. (2017). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Boitempo Editorial.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.

Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 (2009). Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>

Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012 (2012). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Recuperado em 26 abril, 2023 de <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12650.htm>

Lima, G. Q. D., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16, 511-520.

Lopes, R. (2022). *Eleições 2022: Votação em Niterói na contramão do resultado no estado*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de

<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/niteroi/noticia/2022/10/eleicoes-2022-votacao-e-m-niteroi-na-contramao-do-resultado-no-estado.ghtml>.

Louro, G. L. (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.

Maldonado, G., & Cardoso, M. R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia clínica*, 21, 45-57.

Martello, A. (2022). *Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contramulheres-diz-levantamento.ghtml>.

Mello, R., & Herzog, R. (2009). Trauma, clivagem e anestesia: uma perspectiva ferencziana. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 61(3), 68-74.

Minayo, M. C. D. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 23-26.

Nascimento, E. F. D., Gomes, R., & Rebello, L. E. F. D. S. (2009). Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 1151-1157.

Oliveira, C. & Romero, M. (2023). *Feminicídio na UFPI: mestrando estuprou estudante após matá-la e fez fotos de vítima sangrando, conclui inquérito*. Recuperado em 10 maio, 2023 de

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/02/06/feminicidio-na-ufpi-mestrando-estuprou-estudante-apos-mata-la-e-fez-fotos-de-vitima-sangrando-conclui-inquerito.ghtml>

Orlandi, E. P. (2005). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). *Estudos da Língua (gem)*, 1(1), 9-13.

- Rego, W. D. L., & Pinzani, A. (2013). Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. *Política & Trabalho*, (38).
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Subjetividades*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22, 180-188.
- Sales, J. L., de Oliveira, R. H., & Pacheco-Ferreira, F. (2016). Clivagem: a noção de trauma desestruturante em Ferenczi. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(2), 60-70.
- Segato, R. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Prometeo libros.
- Seligmann-Silva, M. (2000). A história como trauma. Em: Nestrovsky, A. & Seligmann-Silva, M. (orgs.). *Catástrofe e representação* (pp. 73-98). São Paulo: Escuta.
- Silva, L. C. (2017). *O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan*. Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Solnit, R. (2017). *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. Editora Companhia das Letras.
- Sousa, R. F. D. (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25, 9-29.
- Vieira, D., Freire, F., & Leitão, L. (2022). *Anestesista é preso em flagrante por estupro de uma paciente que passava por cesárea no RJ*. Recuperado em 12 dezembro, 2022 de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/11/anestesista-e-preso-em-flagrante-por-estupro-de-paciente-no-hospital-da-mulher-no-rj.ghtml>
- Zanello, V. (2017). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

Apêndice A - Itens questionário online*Dados sociodemográficos - primeira etapa*

1. Qual a sua idade?
2. Considerando as opções abaixo, com qual raça você se identifica?
 - a. Branca
 - b. Preta
 - c. Parda
 - d. Amarela
3. Qual a sua religião?
 - a. Católica
 - b. Evangélica
 - c. Espírita Kardecista
 - d. Candomblé
 - e. Umbanda
 - f. Não pratica religião específica
 - g. Ateísmo
 - h. Outra
4. Qual sua orientação sexual?
 - a. Héterossexual
 - b. Lésbica
 - c. Bissexual
 - d. Assexual
 - e. Panssexual
 - f. Outra
5. Você se identifica como uma mulher:

- a. Cisgênero
- b. Transgênero

Itens do questionário - segunda etapa

1. Como foram seus contatos iniciais com a própria sexualidade? (Por exemplo: Alguém conversou com você sobre? Você experienciou isso sozinha? Como se sentiu?)
2. Você sente que já foi ou é sexualizada de alguma forma? Se sim, em quais situações?
3. Você acredita que mulheres são erotizadas? Se sim, de qual forma? Se não, justifique sua resposta.
4. Caso tenha respondido sim na questão anterior: você acredita que a erotização feminina têm impactos psicológicos para mulheres? Discorra sobre.
5. Dê sua opinião sobre as seguintes frases:
 - a. Mulher tem que se dar ao respeito.
 - b. Existe mulher para pegar e mulher para casar.
 - c. Branca para casar, mulata para transar, negra para trabalhar.
 - d. Toda mulher é uma potencial vítima.

Terceira etapa do questionário

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os impactos subjetivos do estupro na vivência de mulheres. O estupro, é caracterizado pela Lei Nº 12.015/2009 como: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Então o estupro não é apenas a penetração, mas envolve qualquer ato de satisfação sexual sem consentimento. Por exemplo, lamber, tocar, masturbar-se, ejacular em público, entre outros.

1. Você sabia disso?

2. Pensando nessa definição, você poderia compartilhar se já foi vítima de alguma forma de estupro?
3. A segunda etapa desta pesquisa será uma entrevista com mulheres que tenham sido vítimas de estupro e com as quais a violência tenha ocorrido com idade igual ou superior a 14 anos. Caso você se identifique com essa descrição, possa e queira participar da segunda etapa, poderia nos sinalizar?
 - a. Posso participar da segunda etapa da pesquisa.
 - b. Não farei parte da segunda etapa da pesquisa.
4. Caso você tenha disponibilidade, insira aqui seu nome e número ou e-mail para que entremos em contato.

Apêndice B - Questões da entrevista semiestruturada

1. Nessa pesquisa buscamos também abordar a questão de classe social, por isso, agora vou te fazer algumas perguntas:
 - a. Quantos banheiros tem na sua casa?
 - b. Na sua casa trabalham empregados domésticos? Se sim, quantos?
 - c. Há automóveis? Se sim, quantos?
 - d. Há microcomputadores? Se sim, quantos?
 - e. Há lava louças? Se sim, quantas?
 - f. Há geladeira? Se sim, quantas?
 - g. Há freezer? Se sim, quantos?
 - h. Há lava roupa? Se sim, quantas?
 - i. Há micro-ondas? Se sim, quantos?
 - j. Há motocicleta? Se sim, quantas?
 - k. Há secadora de roupas? Se sim, quantos?
 - l. Qual o grau de escolaridade da ou do chefe de sua família?
 - m. Você sabe a renda média da sua família? Poderia falar uma estimativa?
2. Agora, entrando mais no tema da nossa pesquisa, você pode falar um pouco das circunstâncias que envolveram a violência sexual /experiência? A sua idade, se você conhecia a pessoa, qual foi o contexto... Você não precisa dar mais detalhes caso não se sinta confortável.
3. Você lembra como se sentiu quando aconteceu ou quando se deu conta do que havia acontecido?
4. Tem algum outro contexto que te traz esse mesmo sentimento ou um sentimento similar? Por exemplo: pessoas, lugares, sonhos, falas ou até atividades no seu dia a dia.

5. Você acredita que essa violência/experiência tem efeitos na sua vida hoje? Se sim, quais?
6. Essa violência/experiência mudou sua visão sobre si mesma? Se sim, de que forma?
7. Como você se sente hoje quando pensa no que aconteceu?
8. Na época você contou ou conversou com alguém sobre o que havia acontecido?
 - a. Se não ou se tiver demorado um tempo para falar. O que o "não contar" significou para você?
9. Quais foram as estratégias subjetivas que você mobilizou como enfrentamento à violência sofrida? Em outras palavras, como você lidou com a violência que aconteceu?
10. Você gostaria de falar mais alguma coisa ou abordar algum ponto que não foi perguntado?

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do formulário

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa "Interseccionalidade, psicanálise e violência sexual: Efeitos psíquicos do estupro".

O preenchimento do formulário consiste no fornecimento de dados sociodemográficos. Na segunda parte serão feitas perguntas sobre o seu contato com a própria sexualidade, bem como disponibilizadas frases para que você possa emitir sua opinião sobre. Na terceira parte será explicado no que consiste a etapa seguinte da pesquisa e quais serão os critérios para participação. Assim, será solicitada uma autorização, caso você possa e queira participar, para que a pesquisadora possa entrar em contato e convidá-la para a próxima etapa.

Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo.

Esse formulário buscará compreender como se deu o processo de contato das participantes com a própria sexualidade, bem como seus entendimentos sobre violência sexual e o julgamento social sobre a sexualidade de mulheres. O objetivo geral desse estudo é investigar os impactos do estupro na constituição psíquica e subjetiva das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional, levando em consideração sua inserção na cultura e no meio social.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento.

Desde já, agradecemos sua participação. Caso tenha dúvidas ou considerações entre em contato pelo email: ana.menezes@sempreceub.com

1. Li e concordo com os termos de participação.

**Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das entrevistas
semiestruturadas**

Impactos psicológicos do estupro

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisador responsável: Profa. Ma. Lívia Campos e Silva

Pesquisadora assistente: Ana Carolina Brito Menezes

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral desse estudo é investigar os impactos do estupro na constituição psíquica e subjetiva das mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional, levando em consideração sua inserção na cultura e no meio social.

- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre o tema focalizado na pesquisa.

- O procedimento consiste na realização de uma entrevista individual semiestruturada.

- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

- A entrevista será gravada em áudio, com o consentimento do participante, para facilitar o posterior trabalho de análise.

- A pesquisa será realizada via *Zoom* ou, caso a participante seja de Brasília, no campus do Centro Universitário de Brasília.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos, que são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas, durante a entrevista, serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em

relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o/a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar na construção de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema em questão.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando, para isso, entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, NOME DA PESQUISADORA, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____

Participante

Pesquisadora Responsável: Livia Campos e Silva
E-mail: livia.campos@ceub.edu.br

Pesquisadora Assistente: Ana Carolina Brito Menezes
Celular: (61)9 91064581 – E-mail: ana.menezes@sempreceub.com

Endereço do/a(os/as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília – DF

CEP: 70790-075

Telefones p/contato: (61) 3966-1200